

# ASSESSORIA TÉCNICA A MUNICÍPIOS E A PNDU

---

POTENCIAL DE FORMAÇÃO DE UMA REDE DE  
ASSESSORIA COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR





# **ASSESSORIA TÉCNICA A MUNICÍPIOS E A PNDU**

---

**POTENCIAL DE FORMAÇÃO DE UMA REDE DE  
ASSESSORIA COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

**ipea**

## **Governo Federal**

### **Ministério do Planejamento e Orçamento**

**Ministra** Simone Nassar Tebet

# **ipea** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidenta**

Luciana Mendes Santos Servo

#### **Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Fernando Gaiger Silveira

#### **Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

#### **Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

Cláudio Roberto Amitrano

#### **Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

Aristides Monteiro Neto

#### **Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

Fernanda De Negri

#### **Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

Carlos Henrique Leite Corseuil

#### **Diretor de Estudos Internacionais**

Fábio Vêras Soares

#### **Chefe de Gabinete**

Alexandre dos Santos Cunha

#### **Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social**

Gisele Amaral

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

# ASSESSORIA TÉCNICA A MUNICÍPIOS E A PNDU

---

POTENCIAL DE FORMAÇÃO DE UMA REDE DE  
ASSESSORIA COM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

**ipea**

Rio de Janeiro, 2024

#### **EQUIPE TÉCNICA**

##### **Carlos Henrique C. Ferreira Júnior**

Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea); e doutor em planejamento urbano e regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). *E-mail*: ferreira.carloshc@gmail.com.

##### **Cátia Wanderlei Lubambo**

Pesquisadora titular da Fundação Joaquim Nabuco; e investigadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial (INCT/INPuT). *E-mail*: catia.lumbambo@gmail.com.

#### **Como citar:**

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Assessoria técnica a municípios e a PNDU** : potencial de formação de uma rede de assessoria com instituições de ensino superior. Brasília, DF: Ipea, 2024. 57 p. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/RI-ATMP>.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <https://repositorio.ipea.gov.br/>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
1.1 Demanda e diretrizes .....	6
1.2 Metodologia e apresentação dos resultados .....	9
<b>2 A INTERIORIZAÇÃO DE IES E A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL PARA A EXECUÇÃO DA POLÍTICA URBANA</b> .....	<b>10</b>
2.1 Percursos da formação de pessoal e assessoria técnica para municípios .....	10
2.2 O processo de interiorização das IES e a formação de pessoal para a administração .....	11
<b>3 IDENTIFICAÇÃO DOS POLOS REGIONAIS COM POTENCIAL DE IMPACTO PARA DESENVOLVER UMA REDE-PILOTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A MUNICÍPIOS PELA PNDU</b> .....	<b>15</b>
3.1 A complexidade da PNDU e a heterogeneidade dos municípios-polos de regiões geográficas: definições de critérios para o universo amostral.....	15
3.2 Seleção de IES em áreas afins à PNDU e sua distribuição pelas cidades-polos de RGInts.....	18
3.3 Considerações sobre a distribuição das IES conforme a tipologia urbana para a configuração da rede de assistência técnica a municípios .....	23
3.4 Distribuição espacial e objetos de experiências de assistência técnica em desenvolvimento urbano.....	26
<b>4 PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE IES NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ACESSORIA TÉCNICA NOS MUNICÍPIOS-POLOS DE REGIÕES GEOGRÁFICAS</b> .....	<b>29</b>
4.1. Distribuição geográfica e características das IES respondentes.....	30
4.2. Participação em processos e projetos de assistência técnica a municípios .....	32
4.3 Características da participação .....	33
4.4 Percepção das IES sobre o seu papel na assistência técnica e sua participação na política urbana e regional.....	36
<b>5 INDICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA REDE FEDERAL DE ACESSORIA TÉCNICA EM POLÍTICA URBANA PELA PNDU</b> .....	<b>38</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>41</b>
<b>APÊNDICE – PRODUTOS VINCULADOS A PROJETOS DE ACESSORIA</b> .....	<b>46</b>
<b>ANEXO – QUESTIONÁRIO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM POLÍTICA URBANA E/OU REGIONAL POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR</b> .....	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este *Relatório Institucional* compõe um conjunto de cinco estudos sobre governança na Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU)<sup>1</sup> do estudo contratado por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 71/2019 firmado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Secretaria de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério de Desenvolvimento Regional. Seu objeto é a análise do potencial de prestação de assistência técnica em desenvolvimento urbano sustentável a municípios-polos da rede policêntrica de cidades por instituições federais de ensino superior (IES).

### 1.1 Demanda e diretrizes

O estudo para a produção do relatório foi realizado a partir da seguinte demanda, formulada pelo TED nº 71/2019:

Identificar e analisar a rede federal de universidades e institutos de ensino superior, com foco nos campos de interesse da *PNDU* e da *PNDU*, e realizar pesquisa para *mapear possibilidades de engajamento das instituições na assistência técnica para o desenvolvimento urbano sustentável, considerando análises de localização e modelos e formas de atuação existentes* (RNP/Rede de Telemedicina; programas de extensão etc.), com *ênfase nos municípios-polo* da rede policêntrica de cidades proposta na *PNDU*. Particularmente *deverão ser mapeadas e geradas informações que alimentarão uma base de dados* para o desenvolvimento urbano sustentável. Deve-se considerar a nota realizada na atividade 1.5: a *PNDU* em perspectiva federativa: o papel de municípios, estados e da União (grifos nossos).

A princípio, são referências determinadas pelo TED o *Texto para Discussão* intitulado *Contextualização e Diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano* (Costa *et al.*, 2021) e a *Nota Técnica* intitulada *As Relações Interfederativas no Brasil e o Desafio de Formular, Implementar e Monitorar a PNDU* (Lui *et al.*, 2024), ambos realizados a partir do TED referido.

Os textos apontam que a *PNDU* é a interface entre a Nova Agenda Urbana (NAU) e a realização das disposições constitucionais sobre a política urbana, além do exercício efetivo das competências de planejamento e ordenamento territorial pela federação brasileira.

A NAU parte do Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 11<sup>2</sup> da Agenda 2030, construída no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os dez temas da NAU elencados pelo *Texto para Discussão* mencionado, destacam-se o nº 3, políticas urbanas nacionais, e o nº 4, governança, capacidade e desenvolvimento institucional urbanos (Costa *et al.*, 2021, p. 63). Os dois temas são tomados como fundamento da proposta de assistência técnica a municípios deste relatório.

Três pilares são propostos para a construção da *PNDU* e da NAU brasileiras: a organização territorial e sua transescalaridade; a intersetorialidade, com coordenação da ação estatal e não estatal; e a governança multinível. O texto aponta ainda temas específicos de política pública transversais a esses pilares (Costa *et al.*, 2021, p. 68). A partir da matriz formada entre esses temas transversais<sup>3</sup> e os pilares, tem-se o desenho da *PNDU*, no qual se baseará a assistência técnica aos municípios.

1. As demais notas abordam: consórcios públicos, estruturas de participação em política urbana, associações municipais e governança metropolitana.

2. "Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" (ONU, 2019, p. 4).

3. Entre os quais destacam-se: segurança pública, transformação digital, equidade social e abordagem intergeracional, desenvolvimento econômico local, entre outros. Cada tema é tratado por um estudo; todos estão disponíveis em: [brasilmetropolitano.ipea.gov.br](http://brasilmetropolitano.ipea.gov.br).



O estudo sobre as relações interfederativas recupera a experiência da Política de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFM) do início dos anos 2000. Tal política se apresentou como um esforço federal para incrementar a capacidade institucional dos municípios quanto ao exercício de suas competências, sobretudo para melhor administrarem recursos fiscais, bem como a aptidão para aderirem a políticas federais com previsão de repasse de recursos financeiros. Nesse caso, apenas os municípios com melhor organização se beneficiaram da política, acentuando as desigualdades e deixando desassistidos os municípios cujas populações poderiam ser beneficiadas pela melhoria das capacidades institucionais (Lui *et al.*, 2024).

Essa experiência indica que a escolha dos municípios, no âmbito da PNDU, para implantar projetos, inclusive de melhoria de capacidades institucionais, deve levar em consideração critérios que contemplem a posição relativa deles na rede urbana e o potencial de impacto. A pesquisa também aponta como diretriz a escolha de lugares para servirem de piloto nos quais se possa experimentar a implantação das políticas (Lui *et al.* 2024, p. 10). Dessa leitura, podemos concluir que tais polos também devem ser os lugares preferenciais para a oferta de assistência técnica e, atendendo aos critérios estabelecidos pelo MDR no TED, coincidam com os polos da rede policêntrica de cidades.

A nota de referência indica outras duas diretrizes pertinentes à assistência técnica: a adequação local e a participação social (Lui *et al.*, 2024, p. 19). Sobre a adequação local, é preciso que a ideia de coordenação federal das políticas públicas pela União não imponha programas e ações incompatíveis com as realidades locais, mas sirva, como dito, de interface integradora entre a NAU e essas necessidades via PNDU.

A participação social é tratada como uma diretriz-chave e pode ser estruturada em diferentes modalidades.<sup>4</sup> Entre elas, a nota de referência sobre relações interfederativas aponta para a coprodução de políticas públicas e a parceria entre entes e organizações públicas e privadas. A coprodução implica a abertura para cidadãos e entes da sociedade civil tais como as IES para participar da elaboração de políticas públicas, o que remete às parcerias (Lui *et al.*, 2024, p. 21). As parcerias podem ser tanto diretas entre entes da administração autárquica<sup>5</sup> ou organizações da sociedade civil ou podem ser parte de soluções de governança interfederativa como consórcios públicos.

Lui *et al.* (2024, p. 25) trazem a justificativa para a pertinência de uma política de assistência técnica para os municípios. A premissa é de que as burocracias com melhor qualificação têm melhor desempenho na implementação de políticas públicas. Um modo de aferir as capacidades da administração é a qualificação do pessoal da burocracia, que, quanto mais elevada, tende a impactar positivamente o desenvolvimento das capacidades institucionais.

Em contrapartida, a complementação da capacidade institucional pode ser provida por entidades e agentes sociais qualificados dispostos a realizá-la ou que tenham como propósito a promoção do interesse público. É o caso das IES públicas, que têm por princípio organizacional o tripé ensino, pesquisa e extensão, sendo este último a

4. Intensificou-se o debate acadêmico em torno do papel da participação social como fator importante para gerar transformações sociais, culturais, econômicas e territoriais, desde o final dos anos 1980. Mais recentemente, a discussão tem incorporado elementos que, dentro de um espaço institucional, podem promover o que tem sido denominado de inovação social, entendida como um processo que, segundo Howaldt e Schwarz (2010), se estabelece a partir de uma nova combinação e/ou uma nova configuração de práticas sociais aplicáveis em determinadas áreas de ação ou contexto social e são geradas por determinados atores públicos e da sociedade civil com o objetivo de melhor atender às necessidades e problemas da sociedade, buscando inovar na formulação, na gestão e no acesso às políticas públicas.

5. Parte da administração pública indireta, composta por entes com personalidade jurídica própria, sem caráter econômico ou lucrativo e dotados de autonomia em relação aos órgãos da administração direta.

conexão entre a instituição e o seu território, arranjo que remete de volta ao conceito de coprodução.

A assistência técnica pode ser definida como a aplicação de conhecimento técnico para assistir à realização de um projeto ou operação de equipamento ou, também, para complementar a capacidade de execução de produtos e processos feita pelo fornecedor ou responsável pelo projeto para a pessoa ou ente contratante. No caso da relação entre administração pública e administrado, pode ser feita por um terceiro assistindo ao poder público no exercício de suas atribuições.

Legalmente, a definição mais próxima de assistência técnica aplicável à política urbana e, portanto, aos municípios, é da Lei federal nº 11.888, que assegura a assistência técnica pública e gratuita para a produção de habitação de interesse social para famílias de baixa renda.<sup>6</sup> Contudo, a assistência da lei mencionada é voltada aos administrados e não à própria administração.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) traz, no § 1º do art. 211, a prestação de assistência técnica pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para a execução das diretrizes redistributivas, equalizadoras e garantidoras da qualidade educacional. Outro fundamento constitucional para a assistência técnica é a cooperação técnica, ramo específico da cooperação entre os entes federativos e citada em ao menos sete artigos,<sup>7</sup> dos quais destacam-se o art. 166-A e o art. 219-A. O primeiro prevê a cooperação técnica para o acompanhamento da execução de transferência orçamentária direta especial; o segundo dispõe sobre a cooperação não só entre entes da administração direta, mas também deles com entidades públicas e privadas.<sup>8</sup> Ressalte-se que a cooperação e a coordenação são características complementares do federalismo brasileiro, sendo fundamentos dos sistemas de políticas públicas constitucionais (Ipea, 2010, p. 177), entre os quais a PNDU.

Depreende-se que a atividade de cooperação se dá de maneira bilateral com a concorrência de entes de duas ou mais esferas federativas para alcançar o resultado buscado. A cooperação pode envolver atividades de assistência, nas quais uma das partes provê à outra parte um serviço ou produto ou capacita-a para realizá-lo. Entre as atividades possíveis estão a produção de dados, a coleta de informações para um diagnóstico, a elaboração de projetos, o acompanhamento de sua execução e o monitoramento de resultados.

A assessoria técnica aparece também como uma atividade de cooperação. De escopo maior que a assistência técnica, ela não é restrita apenas à aplicação de um saber técnico a um produto ou serviço, mas compõe um processo para a consecução de objetivos, podendo inclusive apontar para a necessidade de assistência técnica.

6. "Art. 2º [...] assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

§ 1º O direito à assistência técnica previsto no caput deste artigo abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

§ 2º Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata este artigo objetiva:

I - Otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;

II - formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos;" Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm). Acesso em: 15 set. 2021.

7. Art. 23, 29, 30, 166-A, 216-A, 219 e 241.

8. "Art. 219 A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei." Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

Para os fins deste relatório, a incorporação da categoria assessoria técnica no conjunto de iniciativas levantadas serve para reconhecer um campo maior de atuação possível para as IES. Ela envolve a participação ativa do ente assessorado, promovendo-o de uma posição de um assistido hipossuficiente a coprodutor do objeto da assessoria (Cardoso e Lopes, 2019).

Por fim, adota-se a estrutura do ciclo de cinco fases das políticas públicas para identificar as instâncias de incidência possíveis para a assistência e assessoria técnicas – construção da agenda, formulação da política, processo decisório, implementação e monitoramento e avaliação – nas quais as IES podem atuar.<sup>9</sup> O objetivo é produzir subsídios para a construção de um projeto-piloto para uma rede de assistência técnica respondendo às perguntas: onde há IES aptas e quais atuam em áreas de interesse da PNDU? Como atuam e quais recursos e ações podem fomentar a sua atuação?

## 1.2 Metodologia e apresentação dos resultados

A metodologia para o desenvolvimento do estudo para este *Relatório Institucional* está condicionada pela disponibilidade de dados<sup>10</sup> e segue as diretrizes apontadas pelos textos de referência para o atendimento da demanda do TED.

De partida, algumas opções de recorte foram estabelecidas com base nas fontes disponíveis. Para a definição de quais polos tomar como referência, adotaram-se as regiões geográficas imediatas (RGIs) e regiões geográficas intermediárias (RGInts) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois funcionam como um *proxy* entre a rede urbana e a região sob influência de uma formação urbana. As hierarquias das Regiões de Influência das Cidades (Regic) também são referências para as análises sobre a heterogeneidade da rede urbana. A adoção desses referenciais espaciais visa otimizar a integração com outras pesquisas correlatas ao referir-se a bases territoriais com ampla variedade de dados indexados. O outro recorte é a escolha dos campos de planejamento urbano e regional, geografia e políticas públicas para a coleta de informações sobre experiências de assessoria técnica em política urbana e regional por IES.

A interseção de diretrizes e a demanda por recomendações objetivas para a PNDU faz da análise quantitativa-qualitativa a mais adequada. Ressalta-se que se trata de um estudo por amostra, não exaustivo, mas indicativo e, portanto, apropriado para a elaboração de recomendações para projetos-piloto e para a sugestão de outros estudos mais aprofundados.

As análises e resultados estão estruturadas em quatro seções. Ao final, há uma lista de indicações relativas ao desenvolvimento de uma rede de assessoria técnica para a PNDU que subsidiará o sumário executivo encomendado no âmbito do TED nº 71/2019.

A seção 2 recupera estudos de caso sobre o impacto da interiorização das IES no Nordeste.<sup>11</sup> O objetivo é fundamentar a importância dessas instituições em polos regionais para o aperfeiçoamento de pessoal disponível para a administração (direta ou em parceria) e cuja presença, nesses polos, serve como indicador para a definição da amostra selecionada para a análise quantitativa-qualitativa.

9. Para mais, consultar Mota (2015).

10. Os efeitos da pandemia de covid-19 em 2020 e 2021, em particular as dificuldades criadas pelo regime de trabalho remoto, foram contingências para a coleta de dados, prejudicando a obtenção de respostas das instituições procuradas, havendo longas demoras ao tentar contato por canais diretos, como telefones e *e-mails* institucionais. De tal forma, foi privilegiada a utilização de dados e informações disponíveis em repositórios institucionais, tais como anais de eventos e páginas na internet.

11. O estudo se iniciou em Pernambuco e se desenvolveu por todo o Nordeste, com exceção do estado do Maranhão. Para mais, consultar Melo e Campos (2014).

A terceira seção aborda aspectos da heterogeneidade regional brasileira e os critérios adotados para a seleção dos lugares com potencial de impacto considerados no levantamento. O objetivo é indicar uma rede inicial de cidades com IES aptas a realizar as atividades de assistência técnica. Para a escolha das cidades, foi considerada a distribuição espacial de programas de pós-graduação dos campos selecionados nos diferentes polos das regiões geográficas. Por fim, foram selecionados artigos apresentados no último Encontro Nacional de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XVIII Enanpur 2019), versando sobre experiências de assistência técnica e assessoria em temas de política urbana e regional, para exemplificar os objetos e as áreas de atuação em assistência técnica existentes nesses lugares.

A quarta seção aprofunda a análise amostral a partir dos dados obtidos por meio de um questionário enviado aos programas filiados às associações de pesquisa e pós-graduação dos campos escolhidos. Os quesitos envolvem, além de outros pontos, a identificação de experiências de assessoria técnica, a percepção sobre o papel da IES na política urbana e as formas de participação em projetos de assessoria e seu respectivo fomento. Os resultados especializados do questionário fundamentam a elaboração das recomendações finais.

A seção 5 traz as considerações finais das análises realizadas e uma lista de sugestões indicativas de passos a serem tomados na elaboração da PNDU para a implementação de uma rede de assistência e assessoria técnica aos municípios na realização dos objetivos da NAU.

## **2 A INTERIORIZAÇÃO DE IES E A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL PARA A EXECUÇÃO DA POLÍTICA URBANA**

### **2.1 Percursos da formação de pessoal e assessoria técnica para municípios**

A demanda pela formação de pessoal para trabalhar ou prestar assessoria técnica aos municípios por meio de uma política nacional de desenvolvimento urbano foi primeiramente abordada ainda nos anos 1970. Cabe ressaltar que, antes dessa articulação federal, houve durante as duas décadas antecedentes uma paulatina consolidação dos campos do urbanismo e do planejamento urbano, com a formação de profissionais especializados nessas áreas (Feldman, 2005).

Já na década de 1970, após a criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), em 1964, convênios foram estabelecidos com programas de pós-graduação de cinco universidades federais para a formação de profissionais para atuar no desenvolvimento urbano e local. O SERFHAU, para complementar sua capacidade de agência para além dos serviços financeiros, procurou uma solução para qualificar técnicos do serviço público, o que já vinha fazendo por meio de cursos e seminários para formação de planejadores, promovendo a “formação interdisciplinar de um profissional capaz de participar ativa e competentemente dos processos de urbanização, desenvolvimento e modernização nacionais” (Catálogo da Coppe, 1975).

Nesse sentido, foi criado o Primeiro Programa Nacional de Capacitação de Recursos Humanos (PNCRH) para o desenvolvimento urbano e local, que objetivava promover o desenvolvimento local integrado dos centros urbanos do país. As ações do programa eram voltadas para a coordenação das políticas de saneamento e habitação e para a elaboração de planos diretores, seguindo os parâmetros de organização técnico-administrativa para

municípios estabelecidos pelo Programa de Ação Concentrada (PAC). O PAC, lançado em junho de 1969 pelo Ministério do Interior, definira 457 concentrações urbanas prioritárias para a execução de políticas locais que demandariam os novos profissionais planejadores (Catálogo da Coppe, 1975).

A segunda edição do PNCRH, de 1976, foi elaborada pela Secretaria de Planejamento do Ministério do Interior e pelo Ministério da Educação (MEC), estabelecendo as cinco instituições públicas de ensino superior (UFRJ, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE –, Universidade Federal de Brasília – UNB –, Universidade de São Paulo – USP – e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS) que promoveriam cursos de mestrado e especialização nas áreas de planejamento urbano e regional. O departamento de assuntos universitários do MEC e a Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas (CNPNU) ficaram responsáveis pela execução do programa, cabendo à CNPU complementar o salário dos professores, além de financiar projetos de pesquisa (Catálogo da Coppe, 1975).

A institucionalização e a cooperação para a capacitação de pessoal para as administrações locais remontam aos anos 1940 e ao movimento municipalista pan-americano, fortalecido no pós-guerras. Além da iniciativa federal, são notórias as contribuições do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), instituição criada a partir da Associação Brasileira de Municípios ainda em 1952, no âmbito dos congressos brasileiros de municípios. O Ibam se apresentou como solução paraestatal financiada com recursos dos próprios municípios, além de dotações pontuais da União para desenvolver estudos e serviços de assessoria técnica em aperfeiçoamento da administração e planejamento municipais. Logo, o Ibam se consolidou como um centro de formação de pessoal para a administração pública local por meio de experiências desenvolvidas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com a qual mantinha estreitos laços por meio dos quadros de pesquisadores e professores em comum (Ferreira Júnior, 2019).

## **2.2 O processo de interiorização das IES e a formação de pessoal para a administração**

Destaca-se, neste relatório, a interiorização das IES como parte do processo de qualificação de pessoal para a execução da política urbana. É fato que o país só tem vivenciado o fenômeno da interiorização do ensino público superior com maior intensidade na primeira década do século XXI. Essa transformação ocorreu a partir da inserção, na agenda do governo federal, de políticas públicas educacionais que possibilitaram a expansão e a interiorização das universidades públicas brasileiras, que, em sua grande maioria, concentravam-se nas capitais e nos grandes centros urbanos.

Além do desequilíbrio da oferta de vagas entre capitais e o interior dos estados, o país enfrentava desigualdade entre suas regiões, no tocante à distribuição de Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). De acordo com Pinto (2004), o país apresentou uma grande expansão das matrículas de graduação no período de 1960 a 2002, porém esse aumento ocorreu de forma desigual entre a rede privada e a pública. Em 2002, a rede privada era responsável por 70% das matrículas de graduação, o que tornou o Brasil um dos países com maior grau de privatização desse nível de ensino. Até 2004, eram apenas 45 Ifes, sendo oito delas concentradas na região sudeste (Jesus, Silva e Garcia, 2013).

Partindo do reconhecimento do papel da universidade como um instrumento de intensificação da qualificação técnico-científica, foi proposta uma sequência de programas,

ao longo de duas décadas, visando à ampliação das oportunidades de acesso à educação pública superior.

Na educação de nível superior, nos primeiros anos da década de 2000, o Plano Nacional de Educação (PNE) promoveu a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos; ampliou a oferta do ensino público de modo a assegurar uma proporção de, pelo menos, 40% do total das vagas; estabeleceu uma política de expansão, na perspectiva de reduzir as desigualdades regionais de oferta existentes entre as regiões do país; e criou políticas que facilitaram o acesso à educação superior das minorias, vítimas de discriminação, por intermédio de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, assim, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino (Brasil, 2001).

Se, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a ação se limitou à criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), regulamentado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, propondo o financiamento ao estudante do ensino superior em instituições privadas, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foram implementadas políticas públicas concretas: o Programa Expandir, de 2005, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), de 2006, e o Programa de Reestruturação e Ampliação das Universidades Federais (Reuni), de 2007 (Brasil, 2007a).

O Programa Expandir tinha como um de seus principais objetivos a ampliação do acesso ao ensino superior, além da redução de desigualdades regionais. A interiorização foi uma das principais diretrizes norteadoras do mapa da expansão, com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região do país. Sua proposta era reduzir as desigualdades regionais, formando recursos humanos para pesquisa, pós-graduação e desenvolvimento científico e tecnológico (Brasil, 2007b).

O Reuni, lançado por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, veio colaborar com a proposta iniciada pelo Programa Expandir, com o intuito de criar melhores condições para a ampliação do acesso e da permanência na educação superior, no nível de graduação (Brasil, 2007a).

Com a implementação desses programas, houve um aumento de 45 para 59 universidades federais e de 148 para 274 *campi*, o que corresponde a um crescimento de 85%, no período compreendido entre 2003 a 2012. No tocante à interiorização, houve um crescimento de 138%, passando de 114 municípios atendidos por universidades federais para 272 municípios contemplados com a instalação de algum *campus* (Brasil, 2012). O Nordeste foi a região mais beneficiada, atingindo um crescimento de 143% no número de *campi*, entre o período de 2003 a 2010.

Cumpre-se registrar que essa preocupação em interiorizar o acesso ao ensino superior se mantém, ao menos no discurso oficial, também no PNE vigente (2014-2024), evidenciando, inclusive, a vinculação da política de educação superior com as alternativas de desenvolvimento local e regional (Brasil, 2014). O referido plano ressalta, ainda, as taxas das regiões Norte e Nordeste e condiciona o cumprimento das metas ali estabelecidas, especialmente em termos de interiorização da educação superior, a um planejamento articulado entre as três órbitas federativas: União, estados e municípios.



A decisão política de expandir e interiorizar o ensino público superior refletiu a crescente demanda por esse nível de ensino e considerou, também, a importância da descentralização do conhecimento científico e da intensificação da qualificação profissional. Sabe-se que a interiorização geográfica do ensino superior, além de se mostrar como fator do desenvolvimento regional, apresenta-se como um processo necessário para acompanhar mudanças como: o estrangulamento dos grandes centros, a necessidade de fixação da população nas cidades menores e a demanda por serviços como saúde e educação.

Cocco *et al.* (2014) consideraram que a universidade tem um papel estratégico no desenvolvimento das regiões, o qual deve ser exercido por meio de um constante compartilhamento de conhecimento com a sociedade. Nesse sentido, a proposta de interiorizar as universidades públicas, quando incorporadas ao Reuni, elencou critérios para alocação de *campus*, sendo consideradas três dimensões: social, geográfica e de desenvolvimento. Na dimensão social, foram considerados: a universalização de atendimento aos territórios da cidadania (programa da época); os municípios populosos e com baixa receita *per capita*; e os municípios que apresentassem índices de extrema pobreza. Na dimensão geográfica, foram considerados: os municípios com mais de 50 mil habitantes; a universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; os municípios não atendidos por escolas federais; e a interiorização da oferta pública de ensino superior federal por estado abaixo da média nacional. Na dimensão de desenvolvimento, foram também levados em consideração municípios com arranjos produtivos locais (APLs) identificados entorno de grandes investimentos (Brasil, 2014).

Obviamente que os atributos listados precisam constantemente ser testados na sua capacidade de gerar os efeitos esperados com a política de expansão e interiorização do ensino superior, ainda que haja

um reconhecimento de que o fenômeno da interiorização traz, para além da possibilidade de acesso, contribuições expressivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas essas unidades acadêmicas, uma vez que, juntamente com o ensino, se desenvolvem a pesquisa e a extensão (Brasil, 2012).

Sobre isso, Melo e Campos (2014) evidenciam a competência da universidade em proporcionar ensino, pesquisa e extensão, e lembram que essas atividades exigem uma maior titulação docente, além de uma gestão com maior envolvimento social. Os autores ressaltam, ainda, os impactos potenciais que podem ser provocados a partir das ações de pesquisa e extensão desenvolvidas.

Gomes e Sid (2014) também revelam que, no período entre 2003 e 2009, houve um aumento do número de servidores públicos federais, incluindo técnicos administrativos e docentes, nas instituições de ensino superior. Lubambo e Bastos (2013, p. 66) citam, ainda, “a especulação imobiliária, a criação de empregos, a produtividade e o aumento da dinâmica econômica” como impactos produzidos por essa política. A própria transformação da ocupação do território, assim como da paisagem urbana, naqueles locais que serviram de *locus* para a interiorização das unidades de ensino, tem se revelado um efeito significativo do processo.

Entre alguns dos estudos mais recentes acerca das relações entre as universidades e o desenvolvimento regional, são feitas análises dos impactos diretos gerados, considerando seu caráter tangível e a existência de um instrumental consolidado para sua medição. Nesse sentido, a publicação *Universidade e Território: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI* (2021) traz um conjunto de análises que avaliam, entre outros temas, a

relação entre o ensino superior e o desenvolvimento regional, as interações universidade-território e a base produtiva regional, a integração regional e a rede urbana

O estudo realizado por Hoff, San Martín e Sopena (2011) chama atenção exatamente por esta abordagem. Quatro dos eixos propostos para a organização dos impactos da universidade no desenvolvimento regional são: i) modificação da infraestrutura local: amplia ou cria demanda por meio de investimentos, despesas de custeio, obras e equipamentos, mão de obra, habitação, transporte, lazer, serviços públicos e comércio; ii) influência no ambiente cultural: forma cidadãos, dissemina novas ideias, sensibiliza tanto para ideias complexas, sistêmicas, associativas e cooperativas quanto para ideias vinculadas ao desenvolvimento, além de propiciar contato com atividades culturais diversas; iii) influência no ambiente empresarial: gera fontes de modificação da cultura organizacional vigente, inclusão de pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas organizações, qualificação dos recursos humanos, aumento da produtividade dos fatores de produção, formação de lideranças com visão estratégica e sistêmica sobre os recursos e condicionantes econômicos regionais, surgimento de novos empreendimentos e de ambientes de inovação e disponibilização de suporte científico e tecnológico; e iv) dinamização das economias regionais: gera capacidade de lidar com complexidade, incentivando o desenvolvimento de processos sistêmicos, colabora na potencialização de recursos locais e na melhor alocação das atividades produtivas no território, qualifica políticas públicas, colabora no acesso a recursos externos à região e propicia o desenvolvimento e a transferência de capital intelectual.

Este relatório reconhece a evidência desse conjunto de impactos, mas apresenta uma perspectiva propositiva de tematizar aquele último eixo de observação e afirmar que: a mudança na capacidade da gestão pública, em cidades de porte médio, de se beneficiar dos ganhos de conhecimento advindos com a expansão das universidades, desenvolvidos em especial nos programas de arquitetura/urbanismo ou sociologia urbana e ciência política ou áreas afins, é real.

É relevante dizer que, para fins deste trabalho, entende-se que mudança é fator decisivo para o desenvolvimento econômico e social, determinando a estrutura institucional em que se dá a relação entre indivíduos e a sociedade. Essa perspectiva analítica é uma importante contribuição da economia institucional, em especial de Thorstein Veblen, fundador do institucionalismo norte-americano, corrente conhecida mais recentemente como o antigo institucionalismo.

Ou seja, a ocorrência de mudança de hábitos de pensamento dos egressos no que tange às variáveis que levam ao desenvolvimento regional de longo prazo (capital humano, *know-how*, tecnologia e ciência) tende a se confirmar e se inserir também na esfera pública governamental.

Tal benefício está pressuposto além dos limites esperados pelo transbordamento do conhecimento adquirido acerca de questões relacionadas a capital humano, *know-how* e ciência e tecnologia trazidas pela literatura. Isso porque decorreria de uma ação direta do poder público ao fazer contratações de serviços profissionais, seja via consultoria ou via emprego de servidores na administração pública.

Nessa perspectiva, o papel da universidade enquanto instituição é promover a evolução pessoal do indivíduo, levando-o primeiramente à mudança de hábitos de pensamento para que, posteriormente, esses hábitos sejam transbordados via suas ações, às instituições de sua



localidade. Ocorrendo esse processo de forma contínua, incremental e adaptável ao longo do tempo, mudam-se as estruturas institucionais, e a região se desenvolve.

Mesmo não sendo objetivo deste relatório analisar tantos aspectos, acredita-se que os efeitos esperados com a intensificação da contribuição de novos profissionais nas regiões do interior são dignos de investigação. Este *Relatório Institucional* testa o argumento de que a maior presença das IES em regiões pouco beneficiadas com a proximidade do conhecimento técnico-científico tende a favorecer a retenção e a aplicação desse conhecimento na formulação e na implementação de políticas públicas locais, garantindo melhores condições para o desenvolvimento do território nacional, regional e local. Ou seja, ao mesmo tempo em que a formação e a fixação de quadros qualificados nas localidades do interior seguiam precárias, as organizações do mercado e as estruturas de poder público tinham que “importar” talentos profissionais que permaneciam nos grandes centros urbanos. Será que o modelo que acentuava as carências de qualificação e profissionalização do interior brasileiro, resultando em reduzida capacidade institucional das esferas públicas (em especial das que tratam de programas urbanos), ostenta sinais de mudança nos últimos anos, com a interiorização das IES? Na seção a seguir, analisamos esse argumento.

### **3 IDENTIFICAÇÃO DOS POLOS REGIONAIS COM POTENCIAL DE IMPACTO PARA DESENVOLVER UMA REDE-PILOTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A MUNICÍPIOS PELA PNDU**

Esta seção está subdividida em quatro subseções, cada uma abordando um aspecto analisado para a definição de uma rede-piloto de assistência técnica aos municípios pela PNDU. A abordagem adotada segue o mesmo sentido da seção anterior. Dada a limitação de dados específicos sobre a assistência/assessoria técnica para municípios de todo o país, optou-se por algumas aproximações, adotando como variáveis *proxy*: i) a distribuição de IES em cidades-polos de RGInts (e excepcionalmente nas imediatas); ii) a presença, nas regiões geográficas selecionadas pela variável anterior, de programas de pós-graduação nos campos escolhidos pertinentes à PNDU; e iii) a distribuição de casos/experiências de assistência/assessoria técnica a municípios em cidades-polos com IES a partir de estudos de caso coletados nos anais do último Enanpur.

As considerações feitas sobre o levantamento não são exaustivas e podem indicar a necessidade de produção de dados e informações complementares para melhor estabelecer a viabilidade e as necessidades específicas de uma rede de assistência técnica de IES articulada pela PNDU.

#### **3.1 A complexidade da PNDU e a heterogeneidade dos municípios-polos de regiões geográficas: definições de critérios para o universo amostral**

Depreende-se que a PNDU seja uma política abrangente, complexa e multi/transescalar; e abrangente em termos territoriais e setoriais, pois não incide isoladamente nas formações<sup>12</sup> ou centros<sup>13</sup> urbanos, mas no conjunto da rede urbana composta por esses espaços. Setorialmente, a PNDU compreende serviços públicos urbanos voltados à realização de direitos

12. Formações urbanas no sentido de espaços urbanos indiferentes à organização político-administrativa (vilas e cidades) ou às classificações do IBGE (arranjos populacionais, povoações etc.) disponíveis em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.

13. Centro urbano com o sentido empregado pela pesquisa Regic do IBGE, ou seja, como as sedes de municípios.

sociais (moradia, transporte, lazer, emprego)<sup>14</sup>, liberdades civis (livre iniciativa, participação política) e ao cumprimento de objetivos constitucionais como a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades regionais e a integração social, com recortes específicos, como a reversão dos efeitos do racismo e as demais formas ilegais de discriminação. É também complexa dado o cruzamento dos diferentes setores da atuação estatal e não estatal, além da concorrência de competências materiais e legislativas dos diferentes entes da federação. Por fim, é multiescalar devido às próprias características do fenômeno urbano que se manifesta em várias formas e tipos entre povoações quase rurais e grandes metrópoles, ou cidades-regiões, todas articuladas em rede com diferentes graus de conectividade.

A complexidade da PNDU é um desafio para a maioria dos municípios ante a persistência de suas insuficiências para o exercício de suas atribuições, gerando contingências não só de ordem econômico-financeira, mas também de capacidade institucional. Além da complexidade, destaca-se a questão escalar, em particular quando observada a necessidade de integração territorial das políticas públicas. Essa integração foi apontada por Costa *et al.* (2020) como indispensável para a PNDU, sendo inclusive o elemento de intercessão entre este relatório e os demais textos sobre o tema de governança interfederativa.

À exceção de Brasília (Distrito Federal) e da Vila dos Remédios (em Fernando de Noronha, distrito de Pernambuco), toda a formação urbana brasileira está situada em municípios com idênticas atribuições político-administrativas. Essa simetria institucional é indiferente à espacialidade dos núcleos urbanos; em outras palavras, não há alterações no desenho institucional e nas atribuições dos entes federativos que considerem as características espaciais de cada lugar.

Os elementos da divisão territorial brasileira estão definidos no Decreto-Lei nº 311, de 1938.<sup>15</sup> A norma estabelece que toda sede municipal deve receber a categoria de cidade e que as sedes dos distritos de um município são vilas. O regramento também estipula que, para instalar os distritos e municípios, deverão ser delimitados o quadro urbano e suburbano, nos quais deve haver, ao menos, trinta moradias para as vilas e duzentas para as cidades. Mesmo que defasadas e incompletas, as regras guardam alguma materialidade sobre a caracterização do espaço urbano. Já as atribuições institucionais dos municípios são definidas pela CF/1988 no art. 29, sem quaisquer parâmetros específicos sobre a administração de vilas e cidades, nem sua caracterização.

A criação de municípios é tema controverso pela ausência de regulamentação do art. 18 da CF/1988, que dispõe sobre a matéria. O desmembramento, a fusão e a criação devem ser feitos por lei estadual, após plebiscito, no período estipulado por lei complementar federal e mediante apresentação e publicação de estudo de viabilidade na forma da lei. Todavia, as duas tentativas de regulamentação da matéria<sup>16</sup> foram vetadas pelo Executivo federal,<sup>17</sup> alegando que as propostas não tratavam adequadamente do impacto fiscal-financeiro que a criação de novos municípios e, portanto, novas máquinas administrativas criaria.

O veto do Executivo expõe a questão central sobre o formato institucional dos municípios: o custo de transação decorrente da concentração das atribuições no espaço da sede e em um Executivo singular majoritário. A centralização político-administrativa leva os distritos

14. Esses outros listados no art. 6º da CF/1988.

15. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del0311.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0311.htm) Acesso em: 15 out. 2021.

16. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=412854> e <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=615815>.

17. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/440241-dilma-veta-novamente-regras-para-criacao-de-municipios/>.

(vilas e suas dependências) a pleitear a emancipação para, uma vez dotados de competências e recursos próprios, realizarem as políticas de seu interesse. Contudo, em muitos casos, o histórico de emancipações mostra como esses distritos não dispõem de base econômica nem de outros elementos necessários para manter uma burocracia própria, ficando dependentes de repasses obrigatórios e programas pré-formatados. Contudo, ainda assim conseguem efetivar, embora de maneira deficiente, as políticas públicas de que carecem (Ferrari, 2016). Em outros casos, as emancipações municipais dão-se por conflitos de interesses entre grupos mais ou menos territorializados, criando municípios “viáveis”, ao custo de fragmentar o governo e a administração do espaço em diferentes entes autônomos, dificultando a conciliação dos interesses com a necessária coordenação territorial das políticas urbanas.

Além da simetria formal, os municípios são dotados de ampla autonomia, resultante da descentralização constitucional pós-1988, o que pode ser um fator complicador para a integração territorial de políticas públicas e, também, os deixar desprovidos dos recursos econômicos necessários para cumprir com suas competências.

Acrescente-se à simetria e à descentralização a heterogeneidade regional brasileira. Não raro, formações urbanas em diferentes posições hierárquicas e de integração na rede urbana exercem e acumulam funções equivalentes, mais uma vez, indiferentes a suas capacidades institucionais e econômicas. Essa heterogeneidade é tanto inter-regional quanto intrarregional, além de apresentar características peculiares em cada região. A pesquisa Regic do IBGE permite observar essas características e revela que são poucas as divisões regionais da rede que urbana com a hierarquia completa de centros urbanos, na qual constem todos os níveis urbanos articulados.<sup>18</sup>

Note-se que, tomando como base a categoria centros urbanos, alçam-se apenas as sedes dos municípios como unidade básica de referência. Como dito, a espacialidade urbana manifesta-se em diversas dimensões e características que transcendem às categorias político-administrativas adotadas para a gestão do urbano.

Institucionalmente, as formações também podem ser designadas como metrópoles e aglomerações urbanas. Contudo, a própria designação de um dado lugar com quaisquer dessas categorias não obedece a critérios espaciais-geográficos ou econômico-sociais, mas sim a deliberações políticas que operam a partir de estímulos específicos, em particular o acesso a recursos de programas de investimento federais (Marguti *et al.*, 2021).

Ainda a respeito da diversidade dos municípios, a *Nota Técnica* intitulada *A Agenda Urbana e a Escala Municipal: elementos para discussão tipológica de municípios* (Funar, Lui e Ferreira Júnior, 2023) propõe a adoção de indicadores de fragilidade institucional municipal. Esses indicadores podem servir para o aperfeiçoamento do diagnóstico acerca da heterogeneidade das capacidades institucionais, apontando, dentro de cada região e classificação tipológica, quais os municípios prioritários para o desenvolvimento de programas de assistência técnica.

Como discutido na seção anterior, utiliza-se neste relatório a presença de IES como indicador para o potencial de capacitação institucional. O recorte espacial aplicado é o das regiões geográficas de 2017. É oportuno que se utilizem recortes já estabelecidos pelo IBGE, compatíveis com as tipologias de classificação urbana vigentes tanto da Regic quanto dos

18. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.

arranjos populacionais e concentrações urbanas. A coincidência tipológica facilita o cruzamento de dados e informações.

Para a definição de uma amostra de lugares que servisse de referência para a construção da rede de assistência técnica inicial, identificaram-se as cidades-sede de RGIs<sup>19</sup> com IES e, entre essas, aquelas com programas e unidades em áreas pertinentes à PNDU. Uma vez constatado que o número de RGIs com IES atuando nas áreas escolhidas é bem menor que o número total de RGIs com ou sem IES, optou-se pelo recorde de escala maior das RGInts.<sup>20</sup>

Outra adaptação necessária foi a inclusão de IES públicas ou filantrópicas não federais na amostra. Essas inclusões se deram a posterior, a partir das listas de programas e cursos das áreas escolhidas que acabaram por trazer IES estaduais e comunitárias que atuam em RGInt onde não há uma IES federal, mas que contam com projetos e experiências importantes de assistência técnica e assessoria em política urbana, para os municípios da respectiva RGI ou RGInt.

### 3.2 Seleção de IES em áreas afins à PNDU e sua distribuição pelas cidades-polos de RGInts

A PNDU aciona múltiplos campos do saber cuja delimitação acadêmica e profissional nem sempre guarda correspondência direta com os segmentos da política. No Brasil, o planejamento urbano e regional desenvolveu-se mais por meio de cursos de pós-graduação, sem uma graduação profissional específica. Nos países onde há a profissão de planejador urbano e regional, essa se constitui em uma das ênfases ou linhas de atuação disponíveis na graduação e agrega saberes que aqui se encontram dispersos nos cursos de arquitetura e urbanismo, geografia, direito e economia.<sup>21</sup> Em contrapartida, no Brasil, as pós-graduações acadêmicas e profissionais multidisciplinares reúnem esses campos. Como visto, essas unidades e programas acadêmicos foram criados como centros de referência na formação profissional e no desenvolvimento de soluções em política para o desenvolvimento urbano.

Alguns campos se destacam pela produção científica, pela experiência em atividades de extensão e pela participação em processos de assistência/assessoria técnica para municípios ou diretamente para a população. Fazer um levantamento completo de todas as iniciativas e da produção de todos os campos com conexões com a PNDU demandaria mais tempo e recursos do que os disponíveis para esse estudo preliminar. Portanto, a disponibilidade de informações referenciáveis nas regiões geográficas foi o critério de seleção adotado. Buscaram-se então IES atuando nos campos de planejamento urbano e regional, geografia e políticas públicas, com linhas e programas voltados para política urbana.

19. "As regiões geográficas imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos [...]." Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.

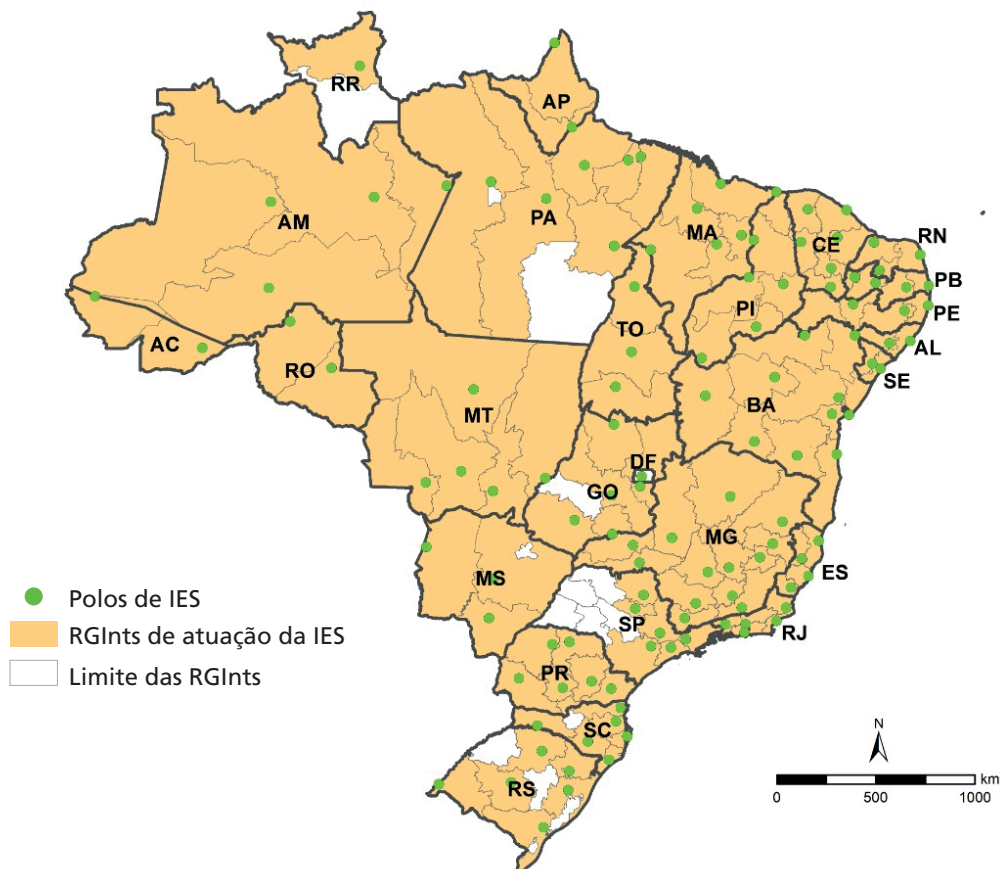
20. "As regiões geográficas intermediárias organizam o território, articulando as regiões geográficas imediatas por meio de um polo de ênfase (*major*) ou graduação (*degree*) em uma área específica. Assim a profissão de *urban and regional planning* nos EUA, Reino Unido, Austrália e Canadá anglófono é um "major" oferecido por diferentes programas, possível de ser obtido a partir de ciclos de bases diferentes, mas que guardam um conjunto de disciplinas semelhantes. Na França, Bélgica, Canadá francófono a profissão é uma ênfase do curso de urbanismo ou ainda a figura do *aménageur* (ordenador/arranjador – em tradução livre) que pode ser uma ênfase dos cursos de geografia, engenharia e arquitetura. *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*, p. 52, Pierre Merlin, Françoise Choay, Puf, 2010.

21. A comparação entre os graus de formação é difícil dada a assimetria dos sistemas de ensino superior. Via de regra, no países anglo-saxões, a graduação profissional é composta de dois ciclos, um de bacharelado em uma área mais abrangente, seguido de outro de ênfase (*major*) ou graduação (*degree*) em uma área específica. Assim a profissão de *urban and regional planning* nos EUA, Reino Unido, Austrália e Canadá anglófono é um "major" oferecido por diferentes programas, possível de ser obtido a partir de ciclos de bases diferentes, mas que guardam um conjunto de disciplinas semelhantes. Na França, Bélgica, Canadá francófono a profissão é uma ênfase do curso de urbanismo ou ainda a figura do *aménageur* (ordenador/arranjador – em tradução livre) que pode ser uma ênfase dos cursos de geografia, engenharia e arquitetura. *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*, p. 52, Pierre Merlin, Françoise Choay, Puf, 2010.

Os resultados apresentados a seguir dividem-se em duas linhas: a primeira é a distribuição geográfica das IES com potencial de atuação nos campos escolhidos, o que gerou uma lista de cidades-polos de RGInt e, em alguns casos, polos de RGI, dada a ausência de uma IES no polo da RGInt com programa em uma das áreas afins à PNDU. A segunda linha organizou-se a partir dessa lista de IES e lugares, na qual selecionaram-se trabalhos apresentados no Enanpur 2019 em seções livres e temáticas relacionadas aos temas da PNDU para, considerada a descrição de seus objetos e experiências, apontar potenciais entradas para uma futura rede de assistência técnica da PNDU.

O IBGE identifica 510 RGIs no Brasil, das quais 357 contam com IES *federais*.<sup>22</sup> Essas RGIs com IES, por sua vez, compõem 122 RGInts, somando 4.031 municípios, com cerca de 163 milhões de habitantes em 2010.<sup>23</sup> Esses dados indicam que aproximadamente 80% dos municípios e da população estava polarizados por cidades com IES. Esse pode ser tomado como o universo inicial potencial para a formação de uma rede de assistência técnica coordenada pela PNDU.

MAPA 1  
Distribuição das RGInts com IES



Elaboração dos autores.

Desse universo, selecionaram-se as cidades-polos com IES atuando nos campos definidos neste relatório. Como dito, nesta segunda contagem, optou-se pelo recorte das RGInts, além de acrescentarem-se as IES não federais (públicas ou filantrópicas).

22. Com dados do Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponíveis em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.

23. Dados disponíveis em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.



Na segunda contagem, amplia-se para 125 o total de RGInts com IES, porém apenas 46 RGInts contam com programas nas áreas selecionadas. O número de municípios com IES e com potencial de atuação em assistência técnica pelos critérios estabelecidos neste relatório chega a 57. Ressaltando-se que, em alguns casos, não é no núcleo urbano ou no polo do arranjo populacional da RGInt onde está a sede da IES com o programa em questão;<sup>24</sup> em outros casos, há mais de um município na mesma RGInt e RGI com IES, a exemplo das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Também ocorre de haver mais de uma IES por RGInt e/ou IES com mais de um programa, no mesmo município ou em municípios-polos de diferentes RGIs da mesma RGInt. Por fim, o número total de programas levantados chega a 89, distribuídos pelas macrorregiões como mostrado na tabela 1.

TABELA 1  
IES por região

Região	RGInts com IES	IES com programas	Total de programas	RGInts com IES com programas
Norte	20	6	8	6
Nordeste	42	13	19	12
Sudeste	31	18	34	12
Sul	18	14	19	9
Centro-Oeste	14	6	9	7
<b>Brasil</b>	<b>125</b>	<b>57</b>	<b>89</b>	<b>46</b>

Elaboração dos autores.

A distribuição dos programas e das IES reflete a tendência de concentração no Centro-Sul do país, embora, em termos de distribuição espacial, a região Nordeste apresente o mesmo número de RGInts com programas atuando em áreas afins à PNDU que a região Sudeste. Outro destaque é a distribuição intrarregional dos programas. Na região Norte, pouco mais de 25% das cidades-polos com IES contam com programas nas áreas selecionadas; tal número chega a 50% nas regiões Sul e Centro-Oeste. Nas regiões Sudeste e Nordeste, os números também são modestos, com apenas 28% e 32% das RGInts com IES atuando nas áreas selecionadas. Em contrapartida, a região Sudeste se destaca pela quantidade de programas e IES, respectivamente 38% do total de programas e 31% das IES com atuação na área.

Essa concentração intrarregional e inter-regional resulta em territórios não cobertos por IES com potencial de assistência técnica. Estados inteiros, como Acre, Rondônia, Amapá, Alagoas e Piauí, não contam com nenhuma IES com atuação nas áreas selecionadas. Há também que se considerar a distribuição regional dentro dos próprios estados. O Pará conta com alguma desconcentração, alcançando RGInts a mais de 300 km da capital (Marabá e Breves). Essa desconcentração também é verificada nos estados Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso, todos com programas fora das RGInts das respectivas capitais.

Nesse sentido, vê-se o impacto dos programas de expansão universitária comentados na seção anterior. Várias das IES identificadas têm até vinte anos de existência, contam com programas recém-criados e algumas ainda sem unidades próprias de pós-graduação nas áreas selecionadas, mas já com unidades de pesquisa, extensão e programas conjuntos com IES de outras regiões. Essas unidades e programas conjuntos não foram computados devido à sua

24. Casos de: Pau dos Ferros (Mossoró), São João del Rei (Barbacena), Lavras (Varginha), São Carlos (Araraquara), Rio Verde (Jataí), Rio Grande (Pelotas), Pato Branco e Foz do Iguaçu (Cascavel).

difícil identificação, uma vez que não aparecem nas listas de programas vinculados às associações nacionais de pesquisa das respectivas áreas. A evidência de sua existência dá-se pelos trabalhos encontrados nos anais do Enanpur. Todavia, esse tipo de parceria aponta para um potencial de atuação em rede que pode ser aproveitado pela PNDU para um maior alcance.

Dadas as características das RGInts, que variam amplamente em área e população, elegemos as RGIs dos polos das RGInts com programas nos campos de interesse da PNDU para o recorte de população diretamente sob influência de uma IES com potencial de prestar assistência técnica. A maior parte dos programas está em arranjos populacionais e centros urbanos de hierarquia superior da Regic, portanto, com as maiores populações. Contudo, quando comparada a população total de cada uma das cinco macrorregiões com as populações das respectivas RGIs com programas, notamos que a concentração espacial dos programas em áreas mais povoadas não reflete necessariamente uma cobertura populacional ampla.

A região Centro-Oeste, embora conte com o menor número de programas, apresenta a maior cobertura populacional (53%), posto que a distribuição dos programas se dá pelos arranjos populacionais de maior hierarquia e mais populosos. Eles estão presentes nas metrópoles de Brasília e Goiânia, nas respectivas capitais regionais da rede urbana da região (Campo Grande, Cuiabá, Dourados e Rondonópolis), além do centro sub-regional B (Jataí, Goiás), sede de uma RGI de população expressiva para a média da região Centro-Oeste.

Mantendo o Censo de 2010 como referência, 52% da população da região Sudeste estaria em municípios de uma RGI com IES com potencial de prestar assistência técnica. Novamente, a presença dos programas em todas as metrópoles da região favorece a cobertura (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Campinas e Vitória).<sup>25</sup> Em contrapartida, a maioria das 32 RGIs das capitais regionais do Sudeste não tem programas com atividades em áreas de interesse da PNDU. Desse *ranking*, apenas cinco (Bauru, Campos dos Goitacazes, Montes Claros, Uberlândia e Presidente Prudente) têm programas. A RGI do Rio de Janeiro se destaca por concentrar três IES, mais a Escola Nacional de Estatística do IBGE, em três municípios, somando sete programas em todas as áreas levantadas; seguida da RGI de Belo Horizonte, com cinco programas em dois IES; das RGIs de Campinas e de Rio Claro (integrantes da RGInt de Campinas), com cinco programas de três IES em dois municípios; e da RGI de São Paulo, com quatro programas em dois IES em dois municípios. Em São Paulo e Minas Gerais, a cobertura das IES não federais (estaduais ou filantrópicas) é relevante, pois estão presentes em três RGInts (Presidente Prudente, Campinas e Bauru), onde não há IES federais.

A região Sul, apesar de ter a maior proporção de programas em áreas de interesse nas RGInts com IES, conta com menos da metade da população (38%) em RGIs cobertas pelos respectivos programas. Essa configuração talvez se explique pelo padrão de urbanização da região, no qual o peso demográfico relativo das metrópoles (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre) é menor. Há apenas quatro entre as quinze capitais regionais da região Sul com IES com atuação nas áreas selecionadas (Blumenau, Cascavel, Chapecó e Ponta-Grossa). O número de IES não federais (filantrópicas, estaduais ou comunitárias)<sup>26</sup> com programas na região é igual ao de IES federais, somando quatorze IES, atuando em dez RGIs. As IES não federais são importantes para a integração de uma rede de assistência técnica, pois alcançam as RGInts sem instituições federais, como é o caso de Blumenau, Guarapuava e Ponta-Grossa.

25. Campinas e Vitória foram elevadas à categoria de metrópole pela Divisão Urbano e Regional do Brasil de 2021. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.

26. As Instituições Comunitárias de Ensino Superior (Ices) foram reconhecidas pela Lei nº 12.881, de 2013, e têm por característica o reinvestimento integral de suas receitas nas próprias atividades, vedado o lucro.

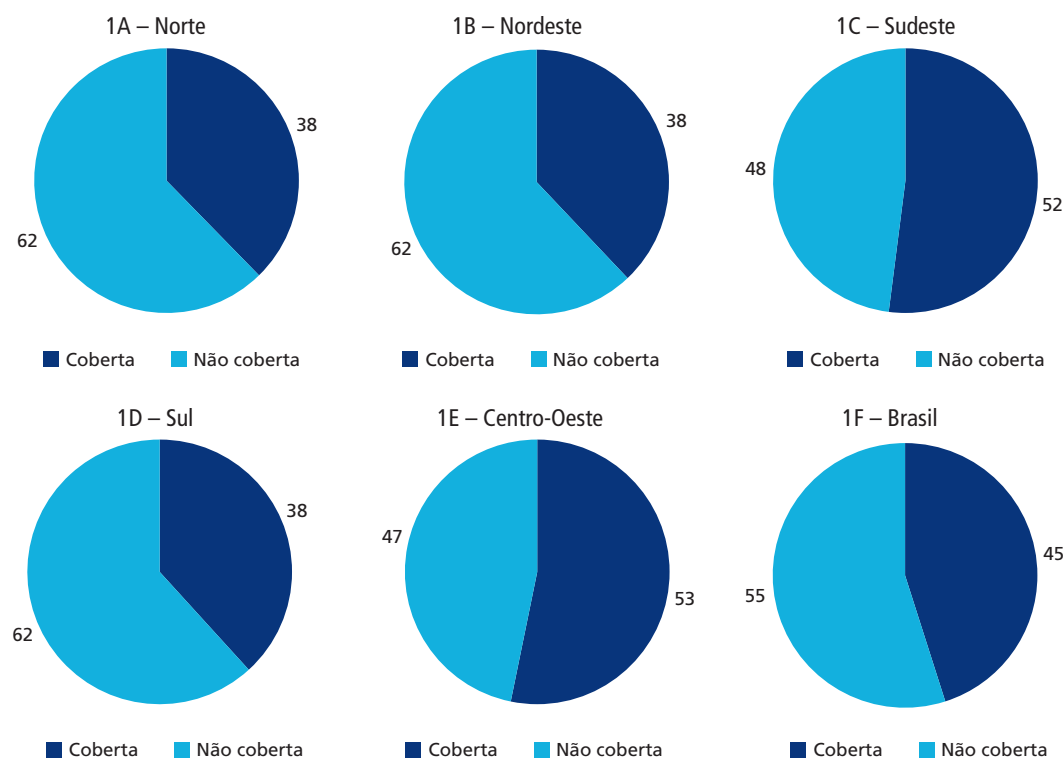
A região Nordeste tem dezenove programas em doze RGIs, cobrindo também 38% da população. As RGIs das três metrópoles (Fortaleza, Recife e Salvador) contam com mais de um programa em diferentes áreas. Entre as vinte capitais regionais, oito (Aracaju, Campina Grande, Feira de Santana, João Pessoa, Natal, São Luís, Sobral e Vitória da Conquista) têm IES com programas que podem integrar uma rede de assistência técnica. Os estados do Piauí e de Alagoas não têm nenhum programa identificado ou relatos de parcerias entre unidades acadêmicas envolvendo as IES presentes nos seus respectivos territórios e desenvolvendo atividades em áreas afins à PNDU. A presença de um programa na RGI de Paus dos Ferros (centro sub-regional), parte da RGInt de Mossoró (capital regional), é um indicativo do potencial de capilarização da rede de assistência técnica, alcançando 34 municípios de pequeno porte, integrantes de uma mesma RGI.

Coincidentemente, a região Norte, pelo Censo de 2010, também apresenta cobertura de 38% de sua população em RGI com IES, com programas selecionados para os fins deste levantamento. Assim como nas demais regiões, as RGIs das duas metrópoles (Belém e Manaus) contam com programas em diferentes áreas. As grandes dimensões geográficas da região Norte (mais de 4 milhões de quilômetros quadrados) tornam ainda mais relevante a distribuição espacial dos programas entre as RGInts. Todavia, das onze RGIs correspondentes às capitais regionais, apenas três (Boa Vista, Marabá e Palmas) têm programas. Dos sete estados da região Norte, três (Acre, Rondônia e Amapá) não têm programas, ainda que contem com IES federais. Apenas no Pará há programas fora da RGInt da capital, encontrados nas RGIs de Breves e de Marabá, que também correspondem a duas RGInts.

GRÁFICO 1

**Cobertura populacional potencial de programas em áreas afins à PNDU por macrorregião**

(Em %)



Fonte: Censo de 2010.  
Elaboração dos autores.



### 3.3 Considerações sobre a distribuição das IES conforme a tipologia urbana para a configuração da rede de assistência técnica a municípios

Acrescentam-se às caracterizações regionais as seguintes considerações sobre a distribuição das IES com potencial de formação de uma rede de assistência técnica para a PNDU: elas visam aproximar este estudo da orientação geral dos estudos a respeito da PNDU sobre considerar a diversidade do fenômeno urbano no território brasileiro e a necessidade de se desenharem soluções que contemplem essa diversidade.

Em primeiro lugar, nota-se que a taxa de urbanização das regiões<sup>27</sup> é um indicativo para a cobertura demográfica dos programas capazes de prestar assistência técnica aos municípios. Aparentemente, a urbanização elevada é um fator relevante para a criação de programas dedicados ao desenvolvimento urbano, o que pode ser uma consequência da identificação de problemas associados ao próprio processo de urbanização. Em segundo lugar, observa-se que os programas se distribuem predominantemente em arranjos populacionais classificados como metrópoles e capitais regionais, além de alguns centros sub-regionais que podem corresponder respectivamente a tipologias urbanas próprias. A consideração de ao menos três topologias<sup>28</sup> urbanas distintas permitiria uma especialização da assistência técnica.

Sobre a primeira consideração, observamos que a urbanização nas regiões Sudeste (92,0%) e Centro-Oeste (88,0%) corresponde à maior cobertura demográfica pelos programas selecionados. A região Sul, ainda que seja a terceira mais urbanizada (85,0%), como visto, tem cobertura relativa igual à das regiões Norte (73,5%) e Nordeste (73,0%). Como já dito, a desconcentração da população urbana em arranjos populacionais e núcleos urbanos de porte intermediário no Sul reduz a população ao alcance dos programas nas metrópoles e capitais regionais.

O Nordeste não pode ser lido de maneira homogênea. De um lado, verifica-se o potencial de capilarização da assistência técnica por meio de programas em RGI com grande número de municípios com menor porte urbano. Nesse sentido, destaca-se a RGI de Pau dos Ferros, com 34 municípios, encabeçada por um município de porte intermediário se comparado aos demais (entre 20 e 50 mil habitantes), mas cuja área de influência e dinâmicas urbanas alcançam 55 municípios.<sup>29</sup> Por outro lado, ainda que várias das RGInts mais urbanizadas contenham programas, os arranjos populacionais de Teresina e Maceió, com cerca de 1 milhão de habitantes cada, não contêm unidades de IES dedicadas às questões do desenvolvimento urbano, o que denota um desenvolvimento institucional da temática urbana assimétrico entre os nove estados da região, implicando que o grau de urbanização não é decisivo para a presença de programas na área.

No Norte, essa assimetria é ainda mais acentuada. As RGIs de Porto Velho e de Macapá, embora tenham populações maiores que as RGIs das capitais regionais Palmas e Boa Vista e conformem arranjos populacionais, denotando um grau maior de complexidade de suas formações urbanas, não apresentam ainda centros de formação e pesquisa dedicados ao desenvolvimento urbano; assim também se encontra Rio Branco, no Acre. Uma leitura possível para essa diferença é o impacto da integração dessas áreas urbanas na rede urbana do país. As RGIs com centros urbanos mais integrados às metrópoles da região e de outras partes do país (Marabá, Breves, Boa Vista, Palmas) podem apresentar estímulos mais fortes para discutir e formar profissionais dedicados às questões do desenvolvimento urbano. Uma vasta área da região ainda tem de peculiar

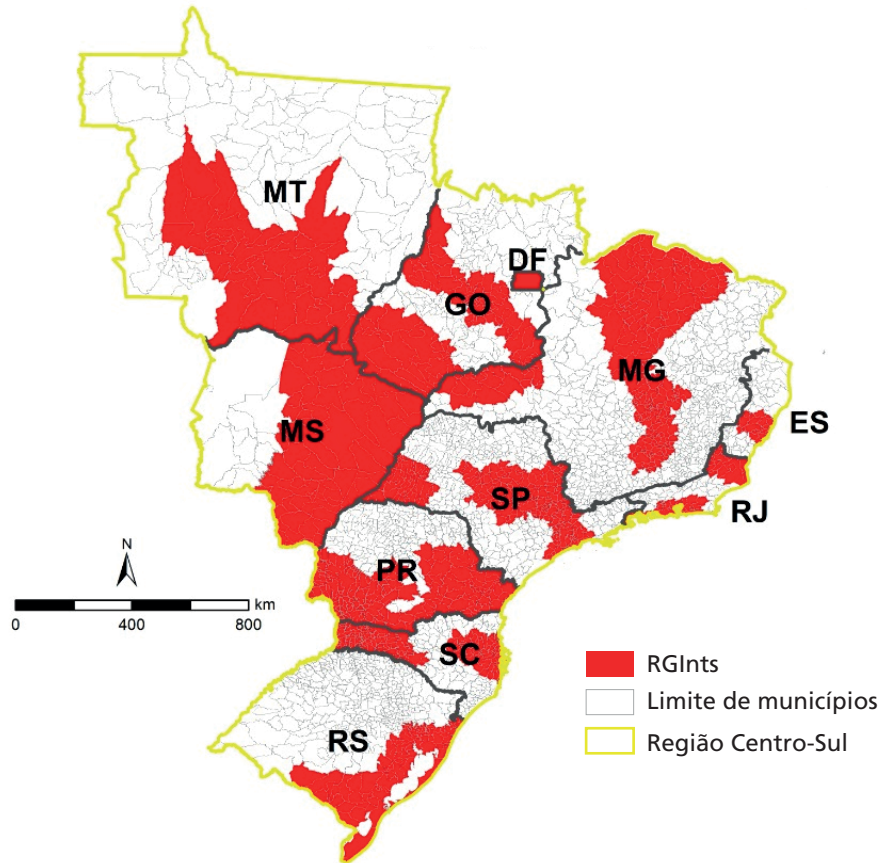
27. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.

28. Nesse sentido, aguarda-se a conclusão de uma proposta de tipologia urbana em andamento pelo IBGE que possa ser adotada para a especialização das ações de assessoria técnica.

29. Consultar Dantas, Clementino e Silva (2015).

os núcleos urbanos interligados pela rede fluvial, tema que ainda escapa dos estudos urbanos. O arco de desmatamento que leva consigo outras formas de ocupação do território também pode implicar questões urbanas distintas das cidades ribeirinhas e das metrópoles da região.

MAPA 2  
RGInts com programas em áreas afins à PNDU da região Centro-Sul



Elaboração dos autores.

A segunda consideração é sobre as possibilidades de estruturação especializada da rede de IES para assistência técnica a municípios. Todos os arranjos populacionais classificados como metrópoles pela tipologia urbana do IBGE<sup>30</sup> contêm programas dedicados a formação, pesquisa e, em alguns casos, projetos de assistência técnica em temas da PNDU. Em seguida, a categoria de núcleos urbanos com maior número de programas são as capitais regionais, estando o restante dos programas localizado em centros sub-regionais. Essa distribuição permite que uma eventual rede de assistência técnica possa ser organizada em recortes por categoria, favorecendo o aperfeiçoamento das ações e o desenvolvimento de políticas e soluções adequados ao porte e à qualidade das questões urbanas envolvidas. Vale ressaltar que o tipo metrópole do IBGE não coincide com as regiões metropolitanas criadas pelos estados sob o regime do Estatuto da Metrópole, portanto, seria desejável não usar expressões como “rede metropolitana” ou “municípios metropolitanos”, mas, talvez, “rede metrópoles” para designar um programa ou política de assistência técnica para metrópoles.

Quanto às capitais regionais, essas variam em configuração urbana, ora conformadas por arranjos populacionais, compreendendo ou não regiões metropolitanas instituídas pelos

30. Divisão Urbana e Regional do Brasil (2021), Região de Influência das Cidades (2018).

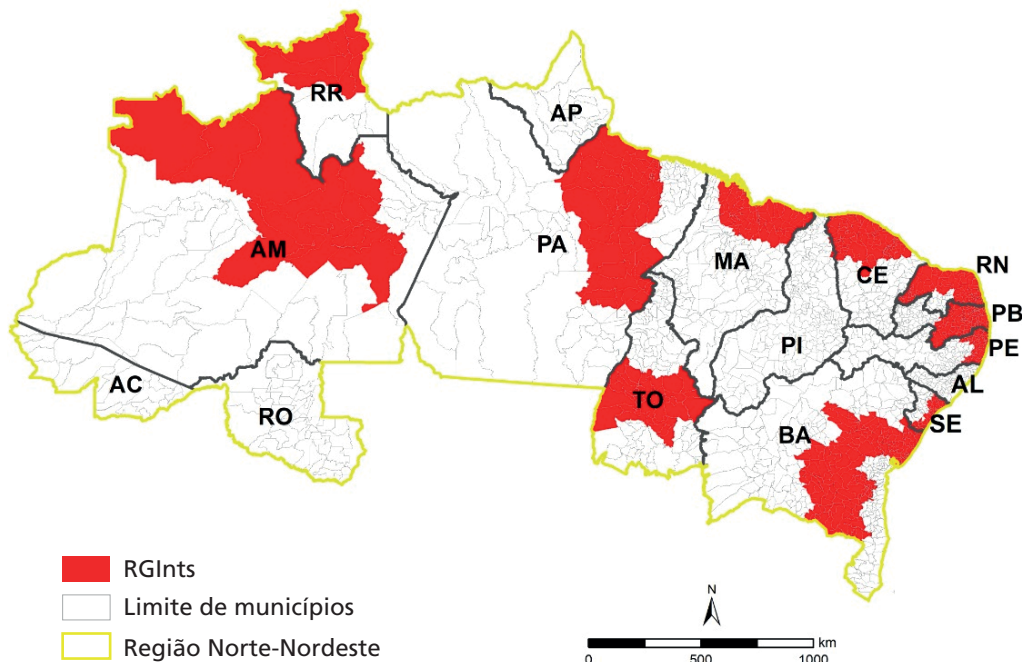
estados, ora são municípios isolados. Em ambos os casos, isso não se traduz necessariamente em núcleos urbanos contíguos e conurbados para os arranjos populacionais ou insulados para os municípios isolados. A morfologia urbana tende a escapar às classificações que adotam todo o território dos municípios como menor escala de organização espacial. Essa peculiaridade é mais um fundamento para a especialização da atuação da rede de assistência técnica para o desenvolvimento urbano. São casos ilustrativos os dos municípios de Porto Velho e Sobral, cujos núcleos urbanos encontram-se dispersos no território e configuram morfologias variadas que só são parte do mesmo arranjo populacional por estarem no território do mesmo município.

Nesse sentido, Porto Velho é um exemplo contundente, onde os núcleos de São Luís e Extrema (distrito de Nova Califórnia) encontram-se a 380 km da sede, ao passo que a sede do município vizinho de Candeias do Jamari está a 23 km da sede de Porto Velho e configura o arranjo populacional de Porto Velho. Sobral, onde, como visto, há um programa listado, apresenta configuração urbana semelhante, com as vilas mais afastadas da sede municipal (Aprazível, Aracatiaçu) mais longe do que as cidades-sede dos municípios vizinhos (Forquilha e Massapê), com os quais se configura o arranjo populacional. Há outros casos de cidades-gêmeas e arranjos populacionais em RGIs próximos não tão hierarquizados, mas altamente dinâmicos, como é o caso de Araraquara e São Carlos.

Por fim, há o caso dos municípios de menor porte, mas ainda assim com dinâmicas e desafios relevantes para o desenvolvimento urbano, que podem configurar uma terceira categoria de assistência técnica, eventualmente associada a programas em capitais regionais ou centros sub-regionais, como Vitória da Conquista, Chapecó e São Carlos. Os municípios citados contêm exemplos de cidades que encabeçam RGIs com dinâmicas urbanas expressivas em municípios não necessariamente associados ao arranjo populacional do polo da RGI.

MAPA 3

RGInts com programas em áreas afins à PNDU da região Norte-Nordeste



Elaboração dos autores.

### 3.4 Distribuição espacial e objetos de experiências de assistência técnica em desenvolvimento urbano

Dezenove<sup>31</sup> trabalhos do XVIII Enanpur foram selecionados com o objetivo de sondar as áreas, os objetos e os lugares das experiências de assistência técnica a municípios executadas por IES. Reforça-se, mais uma vez, que este levantamento não é exaustivo, mas exemplificativo, e se presta a apontar possibilidades para a estruturação de uma rede-piloto de assistência técnica a municípios.

#### 3.4.1. Onde se encontra assistência técnica

Os lugares de atuação indicados nos trabalhos estão distribuídos por dezessete municípios, além do Distrito Federal,<sup>32</sup> de dezessete RGIs, nas cinco macrorregiões do país, sendo um no Norte, cinco no Nordeste, sete no Sudeste, seis no Sul e dois no Centro-Oeste. Dessas dezessete RGIs, oito compõem arranjos populacionais de metrópoles: Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, São Leopoldo e Porto Alegre (as duas últimas compõem o arranjo populacional da metrópole Porto Alegre).

As metrópoles também concentram o maior número de experiências de assistência técnica relatadas, somando treze dos dezenove trabalhos levantados. Os demais (seis) distribuem-se por capitais regionais e centros-sub-regionais.

O levantamento dos trabalhos aponta para o potencial de ampliação da atuação da rede de assistência técnica para IES em RGIs/RGInts que, embora não tenham programas de pós-graduação nas áreas selecionadas, já desenvolvem atividades nesse mesmo sentido. As experiências são viabilizadas pelos programas de graduação por meio de projetos de extensão de uma unidade acadêmica da IES, isoladamente ou em cooperação com programas de outras IES situadas fora da região – o que aponta para uma atuação em rede já existente. Esse é o exemplo de Quixadá, no Ceará, onde não há programa de pós-graduação ou unidade acadêmica em IES nas áreas selecionadas, mas onde existe um projeto em parceria com a USP, por meio do Instituto Federal do Ceará (IFCE), com o curso técnico em construção (Máximo, 2019).

Macapá é uma das capitais regionais sem programas nas áreas selecionadas. Não obstante, parcerias realizadas pelos cursos de graduação, entre elas a realizada pela faculdade de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Amapá (Unifap) (Matsunaga, Silva e Takamatsu, 2019), constituem um recurso importante para a prestação de assistência técnica. Outro exemplo vem da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa): tanto em Marabá quanto em Rondon do Pará são realizados projetos interdisciplinares com foco no território e no meio ambiente, resultando em experiências de assistência técnica em nível de graduação.<sup>33</sup>

31. Outros trabalhos foram encontrados, mas, ainda que tratem de experiências de assistência técnica envolvendo municípios, têm objetos que não tocam diretamente nos temas da PNDU, como extensão rural e agricultura familiar. Entretanto, é possível que se considere uma interface entre as ações, uma vez que o rural e o urbano, dependendo da região, tendem a tornar-se indistinguíveis. Por exemplo: Santa Cruz do Sul e Tramandaí, ambas no Rio Grande do Sul, são RGIs com IES desenvolvendo atividades de assistência técnica em desenvolvimento regional para os municípios das respectivas regiões imediatas. No caso, os projetos abordam apoio à gestão agrícola de pequenos produtores com interface a políticas urbanas, como merenda escolar e abastecimento (Deponti, Kist e Arend, 2019; Haas e Bolter, 2019).

32. Belo Horizonte, Brasília, Chapecó, Fortaleza, João Pessoa, Macapá, Mossoró, Niterói, Pelotas, Porto Alegre, Quixadá, Salvador, Santa Cruz do Sul, São Leopoldo, São Paulo, Tramandaí.

33. Em viagem de campo a Marabá, em dezembro de 2020, informações foram levantadas durante reunião na Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica (Propit) da Unifesspa, com a presença do reitor Francisco Ribeiro, da vice-reitora Gilmar Feio e dos professores Franco Jefferds e Gildene Gonçalves.

Em Mossoró (Rio Grande do Norte), a Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa) desenvolve projeto de extensão do Núcleo Avançado de Urbanismo no Semiárido, prestando assistência técnica para a promoção do desenvolvimento socioespacial em municípios do Rio Grande do Norte e da Paraíba (Neves, Costa e Barbosa, 2019), o que é feito sem contar com programas de pós-graduação em quaisquer das áreas selecionadas.

### 3.4.2 Áreas do conhecimento e objetos de assistência técnica

Doze dos dezenove trabalhos selecionados são das áreas de arquitetura e urbanismo, incluindo quatro que também abrangem a engenharia, a qual, por sua vez, é a área exclusiva de uma assessoria técnica desenvolvida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em Ribeirão das Neves – RGI de Belo Horizonte –, trabalhando com o reaproveitamento de materiais (Valle, 2019). As demais áreas são educação no campo e ciências sociais, além dos programas multidisciplinares.

Em correlação direta com a prevalência da área de arquitetura e urbanismo, o objeto mais recorrente é a assistência técnica para produção, autoconstrução, reforma e regularização fundiária de moradias, assistindo municípios e movimentos sociais por moradia e a população de baixa renda. Esse é um reflexo da Lei federal nº 11.888, que institui a assistência técnica popular gratuita para a produção habitacional. Romano e Brasileiro (2019) discutem a implantação da especialização em assistência técnica nos programas curriculares das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, concluindo que a lei contribui para a criação de um ramo de atuação para os profissionais no desenvolvimento urbano.

Entre os dez projetos voltados para a produção de habitação de interesse social (HIS), três se destacam pela cooperação direta com municípios. A Universidade Federal do Amapá (Unifap) mantém parceria com municípios do estado, participando de projetos de melhoramento habitacional e adequação urbanística (Matsunaga, Silva e Takamatsu, 2019). A Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo, assessora a secretaria de habitação com estudos de alternativas para a produção de moradia no município (Heck, Becker e Müller, 2019). Fabris e Trzcinski (2019) relatam a experiência da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) com municípios do oeste catarinense na capacitação desses para a produção de habitação de interesse social. Esse também é o caso da relação da UNB com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, a qual a universidade auxilia com a qualificação e concepção dos projetos de HIS.

Cabe destacar a articulação promovida por dois projetos que vão além da assistência técnica às administrações locais. Libanio (2019) recupera a experiência da revisão dos planos diretores de municípios da região metropolitana de Belo Horizonte (Lugares de Urbanidade Metropolitana – Lumes) como um exemplo de articulação interinstitucional e de engajamento social metropolitanos. A relevância se dá em dois pontos: i) a construção de processos de revisão de planos diretores que incorporam a escala metropolitana; e ii) o engajamento social de base nesses processos, despertando os participantes para a escala metropolitana de planejamento como parte da escala local. O segundo destaque fica para o projeto da UNB em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Bienenstein *et al.*, 2019), experiência que também conta com a promoção da participação social na construção do planejamento local para a produção de solução em moradia mais aderente às demandas sociais.



Um terceiro aspecto a destacar dos projetos levantados é o tipo de relação estabelecida com as autoridades locais. Nos projetos envolvendo assistência técnica direta à população, as relações tendem a ser menos formais. Há cooperações pontuais e a oferta de projetos para o poder público, mas sem compromissos de execução ou continuidade (Máximo, 2019; Matsunaga *et al.*, 2019; Valle, 2019; Rocha, 2019; Martins e Carvalho, 2019; Martins, 2019). Nos citados exemplos do oeste catarinense, São Leopoldo e Distrito Federal, as relações são contratuais, há um objeto definido com prazos e produtos. Nesse sentido, também se apresenta a iniciativa em Pelotas (Medvedovski, Carrasco e Rocha, 2019) de formação de parcerias entre a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e os municípios da RGI correspondente, prestando assistência técnica com apoio de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e de técnicas como o Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP). A Ufersa (Neves, Costa e Barbosa, 2019) também realizou acordos de cooperação técnica e convênios com as prefeituras de Uiraúna, São José de Piranhas, Monte Horebe e Cajazeiras para o desenvolvimento de atividades como a implementação do cadastro técnico multifinalitário, mapeamento e vetorização de áreas urbanas.

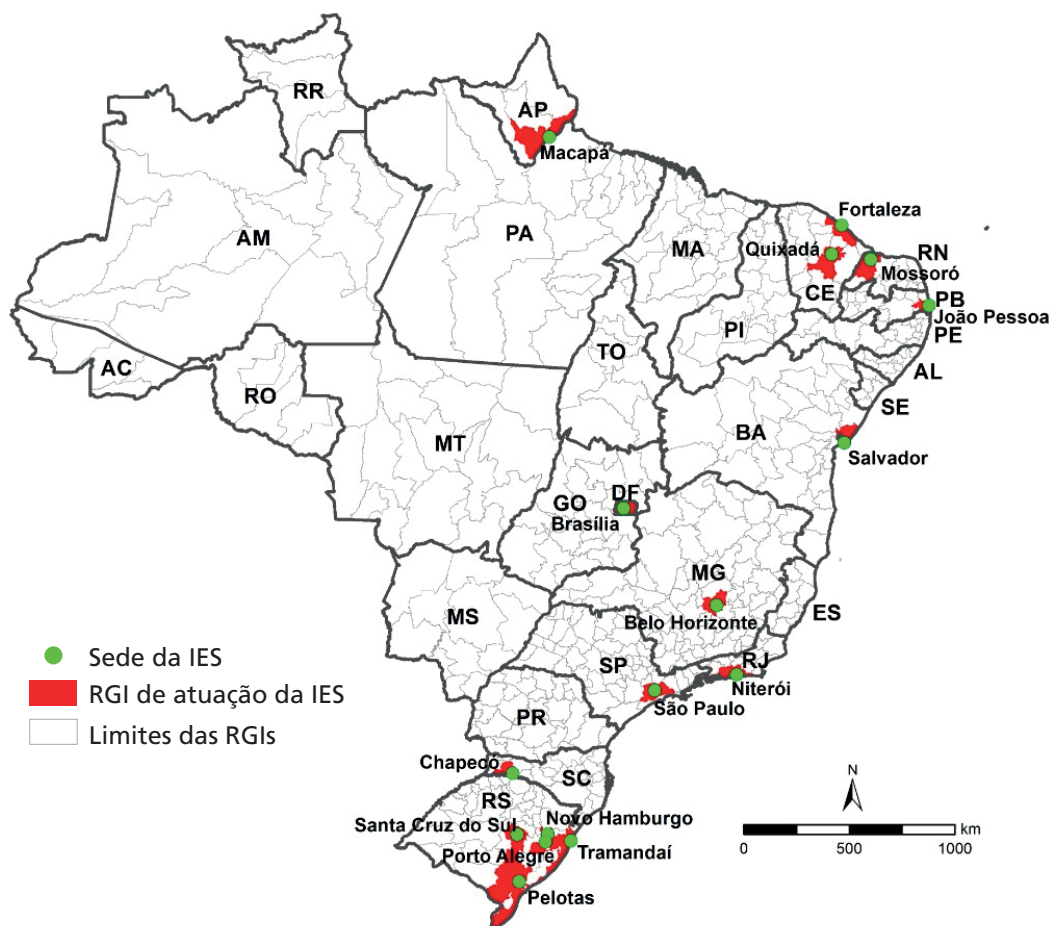
A partir do panorama estabelecido pelo levantamento realizado, aponta-se para uma diversificação das atividades de assistência técnica desenvolvidas pelas IES com e para os municípios. A ausência de um cadastro ou banco de dados unificado sobre esse tipo de relação dificulta uma análise mais detalhada, mas, em contrapartida, aponta para a oportunidade de criação de tal instância.

É possível afirmar que, junto com a difusão das IES por todos os níveis da rede urbana, segue uma tendência de sensibilização para o papel delas no desenvolvimento urbano. Em coerência com as próprias características da rede urbana brasileira, a atuação das IES dá-se de forma desigual e descompassada entre as diferentes regiões, inclusive entre centros urbanos de classificação similar.

A atuação em rede das IES, em alguns casos, aponta para o potencial intrínseco para a complementação das atividades de assistência técnica nas regiões que ainda não contam com unidades dedicadas aos objetos do desenvolvimento urbano. A seção a seguir tem por objeto a percepção da atuação da IES neste campo.

MAPA 4

Distribuição dos casos de assistência técnica relatados no XVII Enampur



#### 4 PERCEÇÕES E EXPERIÊNCIAS DE IES NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ASSESSORIA TÉCNICA NOS MUNICÍPIOS-POLOS DE REGIÕES GEOGRÁFICAS

Nesta seção, são analisadas a percepção e a experiência de unidades acadêmicas de IES públicas, comunitárias<sup>34</sup> e filantrópicas<sup>35</sup> a respeito de seu engajamento em processos de assistência técnica em política urbana e regional, nos municípios-polos das regiões geográficas. Também são feitas algumas considerações acerca da sua distribuição espacial pela rede urbana brasileira.

As informações foram obtidas por um questionário enviado aos programas de pós-graduação e unidades acadêmicas filiados à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege), à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur) e à Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANECP). Ao analisarem-se as respostas, reforça-se a necessidade de ampliar as categorias de IES aptas para a formação da rede de assistência técnica para além

34. IES comunitárias ou Instituições Comunitárias de Educação Superior foram reconhecidas pela Lei federal nº 12.881/2013 e incluídas no sistema federal de ensino pela Lei nº 13.868. São instituições com personalidade jurídica privada, na forma de fundações ou associações. São comuns as de iniciativa pública na região Sul, geralmente organizadas por municípios e os respectivos estados. Por lei, não têm fins lucrativos e devem ofertar serviços gratuitos à população na proporção do financiamento público que recebem.

35. Nesta categoria, foram incluídas as pontifícias universidades católicas (PUC), que, a despeito da organização como entidades privadas, são mantidas por fundações e associações sem fins lucrativos, o que é compatível com o art. 219-A da CF/1988.

das IES federais, como dispõe o TED. Isso porque IES estaduais, comunitárias e filantrópicas também reportam experiências numerosas em projetos de assistência técnica a municípios.

O questionário<sup>36</sup> enviado às unidades acadêmicas selecionadas é composto, além dos campos de identificação e validação, de treze quesitos objetivos e um quesito aberto, organizados em três blocos: i) identificação da unidade, curso ou programa; ii) informações sobre projetos e/ou processos de assessoria/assistência técnica em política urbana e/ou regional; e iii) percepção do(a) respondente sobre a atuação da IES em projetos e/ou processos de política urbana/regional.

#### 4.1. Distribuição geográfica e características das IES respondentes

Do universo de 126 IES nos polos das RGInts, identificaram-se noventa programas e unidades acadêmicas presentes em 57 cidades-polo e com atuação nos campos selecionados de interesse à PNDU. Com a intermediação da Anpur, o questionário foi enviado para as respectivas unidades filiadas à associação. Já para os campos de geografia e política públicas, o envio foi direto para os endereços de correios eletrônicos disponíveis nas páginas dos programas de pós-graduação listados na Anped e ANEPC.

Em um esforço para captar respostas de todas as cinco macrorregiões do país<sup>37</sup> e considerando a concentração dos programas de pós-graduação nas regiões Sul e Sudeste e, em menor escala, no Nordeste e no Centro-Oeste, foram incluídas unidades acadêmicas reunindo cursos de graduação da região Norte, também filiadas às associações dos campos pesquisados.

Dessa amostra de noventa selecionados, foram obtidas quinze respostas<sup>38</sup> (17% do total), no intervalo de cinco meses (junho a outubro de 2021), a seguir analisadas (mapa 5). As IES dos programas respondentes estão distribuídas em polos de onze RGInts,<sup>39</sup> nas cinco macrorregiões (quatro respostas do Nordeste, três do Sul, duas do Centro-Oeste, uma do Sudeste e uma do Norte). Seis desses polos são metrópoles, três são capitais regionais e dois são classificados como centros sub-regionais.

Considerando a baixa adesão à pesquisa, não é possível fazer uma análise regionalizada das respostas. Como afirmado na introdução, dificuldades geradas pelo regime de trabalho remoto podem ter levado a um maior tempo de resposta e, portanto, à impossibilidade de seu envio em tempo hábil para este levantamento. Contudo, os dados obtidos, se analisados em conjunto, são representativos da atuação de IES em política urbana.

São consideradas IES para este relatório as universidades, os institutos tecnológicos e as escolas técnicas, porém, apenas universidades responderam, sendo oito federais, uma estadual, uma comunitária e duas filantrópicas. Apesar da prevalência das federais, as estaduais, comunitárias e filantrópicas destacam-se por atuarem em polos de RGInt onde não há IES federais com programas ou unidades acadêmicas nas áreas de interesse da PNDU (São Paulo e Santa Cruz do Sul). No caso da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), apesar de estar situada em uma RGInt onde também está a Universidade Federal de Goiás (Goiânia), atua em área diferente da IES federal.

36. Confira o anexo deste relatório com as respostas.

37. Adotam-se macrorregiões para diferenciar as cinco regiões nacionais (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste) das categorias de região imediata e intermediária de escala intraestadual (essa também uma escala regional própria).

38. Descartadas as respostas em duplicidade e de um programa com dois respondentes. Neste caso, consideraram-se as informações das duas respostas como complementares por não haver divergências.

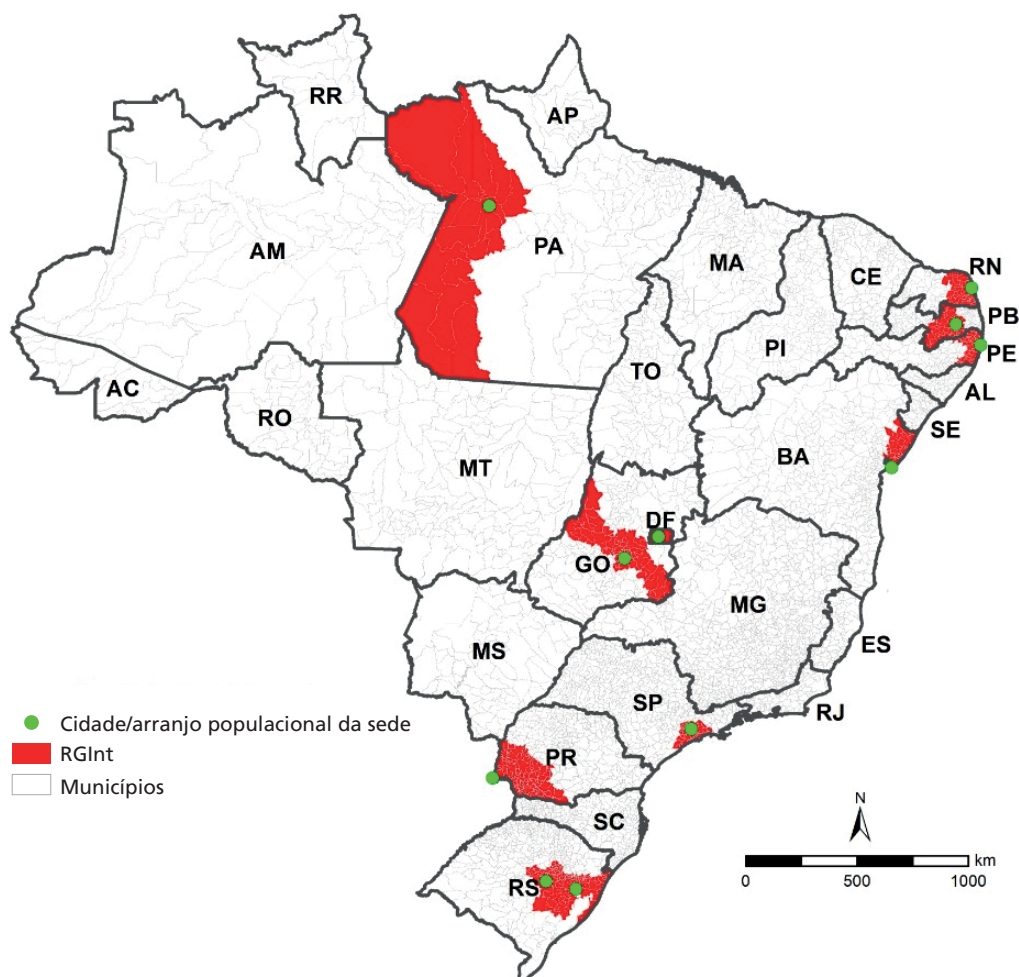
39. Na ausência de uma IES no município-polo da RGInt, considerou-se a IES no município-polo de uma RGI como representativa da RGInt a qual compõe.



Representantes de onze programas de pós-graduação, duas unidades acadêmicas (centros e faculdades), uma rede de pesquisa e um curso de graduação enviaram respostas. Além dos campos iniciais selecionados, foram apontados os campos de arquitetura e urbanismo, sociologia, ciências sociais aplicadas, administração pública e ciência política. Ressalta-se que alguns programas são interdisciplinares, congregando mais de uma área. As universidades federais de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, bem como a UNB, registram, cada uma, a atuação de mais de um programa de pós-graduação e unidade acadêmica em projetos de assistência técnica e em diferentes campos. Esse pode ser um indicador do potencial de atuação das IES com maior diversidade de cursos que poderia servir para o estabelecimento de critérios para a quantidade de projetos por IES em cada polo a serem fomentados por um eventual programa de assistência técnica no âmbito da PNDU.

MAPA 5

IES respondentes do questionário sobre percepção do papel das IES na assistência técnica a municípios



Elaboração dos autores.

## 4.2. Participação em processos e projetos de assistência técnica a municípios

O engajamento das IES em assistência técnica foi aferido a partir de três questões: uma sobre a participação em processos ou projetos de política urbana nos últimos dez anos, outra perguntando a quantidade de projetos desenvolvidos e, ainda, se havia projetos em andamento no momento da resposta.

Quatorze das quinze respostas afirmam que, nos últimos dez anos, a respectiva unidade ou programa esteve engajada em atividades de assistência técnica. A única exceção foi o curso de gestão pública e desenvolvimento regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que conta com apenas cinco anos de existência. Treze IES também contam, no momento da resposta, com projetos em andamento.

Sobre a quantidade de projetos, os números variam conforme a quantidade de programas e o lugar de atuação das IES. Três respondentes não souberam precisar de quantos projetos suas unidades participaram. As outras onze respostas variam de 1 a 100, com destaques para a PUC-GO (vinte), a UFRGS (dezesesseis) e a UFPE (cem). Outras instituições, fora das metrópoles, também tiveram atuação significativa: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila, em Foz do Iguaçu), com quatro projetos, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com cinco, e Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), com seis. Vale ressaltar a diversidade tipológica dos arranjos populacionais e da posição na hierarquia urbana desse grupo de IES respondentes.

As IES com mais projetos estão em polos de RGIInts que correspondem a metrópoles. Todavia, o engajamento em assistência técnica não se restringe aos espaços metropolitanos de capitais estaduais. Ele também aparece em arranjos populacionais variados, como os de Santa Cruz do Sul e de Campina Grande, além da aglomeração urbana transfronteiriça de Foz do Iguaçu.

Se o mesmo padrão distributivo for verificado nas outras IES que não responderam ao questionário, pode-se concluir que uma quantidade significativa de cidades-polos das RGIInts, para além das capitais estaduais e com programas de pós-graduação em áreas afins à política urbana, já têm projetos em IES locais que podem subsidiar um programa de assistência técnica a seus respectivos municípios. Também é possível que outros municípios dos respectivos arranjos populacionais das RGIInts e RGIInts possam ser atendidos pelas mesmas IES, tanto mais quando contarem com *campi* avançados ou unidades acadêmicas delas.

GRÁFICO 2

Participação da IES em projeto ou processo voltado para a política urbana e regional nos últimos dez anos (Em %)

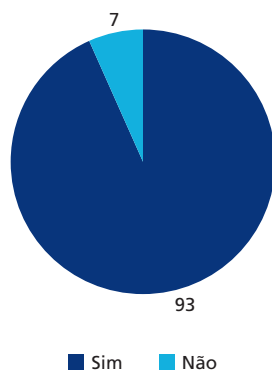
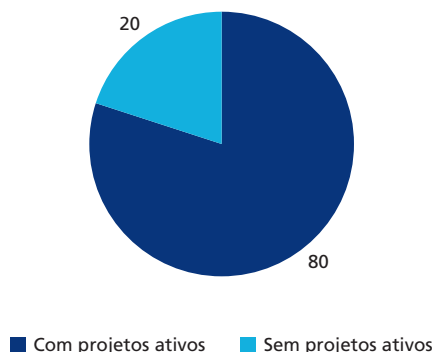


GRÁFICO 3  
Participação da IES em projeto ou processo voltado para a política urbana e regional no momento da resposta  
(Em %)



Elaboração dos autores.

### 4.3 Características da participação

#### 4.3.1 Áreas e fases de atuação

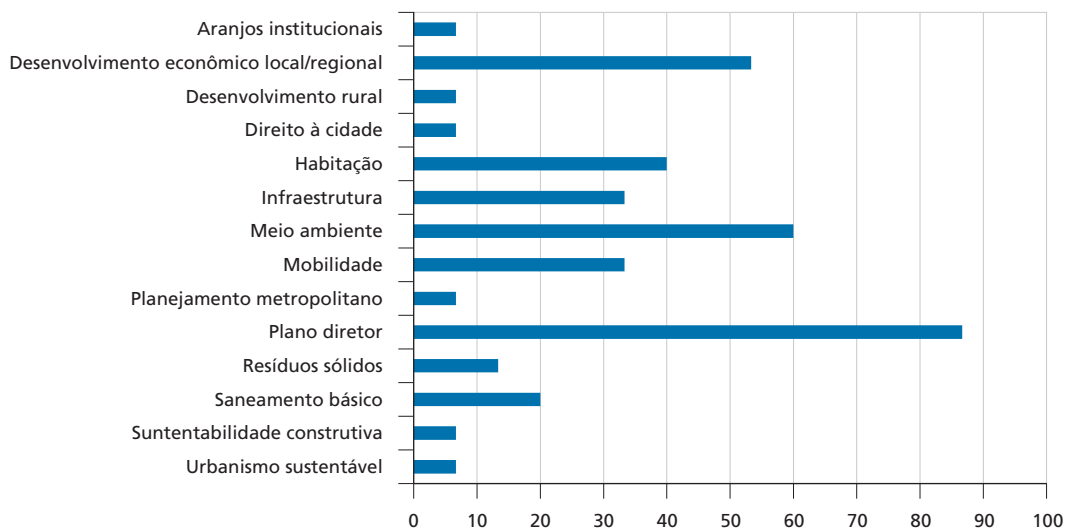
Buscou-se sondar em quais setores ou temas de política urbana as IES estão engajadas. As fases no ciclo de políticas públicas em que atuam, a forma da atuação e a existência de produtos resultantes desses processos são igualmente pontos relevantes para caracterizar como as IES têm contribuído para complementar as capacidades institucionais e técnicas dos municípios.

Além dos oito setores/áreas sugeridos (habitação, preservação/monitoramento/licenciamento ambiental, desenvolvimento econômico local, mobilidade, resíduos sólidos, saneamento básico, infraestrutura e elaboração/revisão do plano diretor), as respostas indicaram outras seis áreas de atuação (direito à cidade, urbanismo sustentável, planejamento urbano-metropolitano, arranjos institucionais, sustentabilidade das tecnologias de construção e desenvolvimento rural e desastres naturais).

O gráfico 4 mostra a distribuição das respostas das IES por área/setor. De antemão, vê-se que a participação nos processos de elaboração e revisão dos planos diretores é o principal segmento de atuação, com cerca de 85% das respondentes atuando. Em seguida, projetos de meio ambiente e habitação fazem parte do portfólio de mais da metade das respondentes. Infraestruturas (planejamento, viário, redes de comunicação, abastecimento etc.) também são objeto de atenção de pelo menos 33% das IES.

As IES demonstram potencial para articular elementos da política urbana segmentados pela estrutura administrativa. As políticas de saneamento, habitação e meio ambiente fora do escopo inicial da PNDU podem ser articuladas por meio da assessoria técnica dos projetos voltados para o planejamento urbano/metropolitano. A resposta espontânea sobre arranjos institucionais demonstra que há conhecimento técnico adequado à construção de soluções para a articulação de diferentes setores da política urbana. Caberia então à PNDU fomentar essas iniciativas, capacitando os municípios a formar tais arranjos institucionais e a articular suas políticas ora segmentadas.

GRÁFICO 4  
**Distribuição da atuação das IES respondentes por área**  
 (Em %)



Elaboração dos autores.

Quando perguntado sobre a fase do ciclo de políticas públicas em que as IES atuam, todas as respondentes indicaram atuar em mais de uma fase. A distribuição das respostas aponta para a prevalência naquelas que não dependem de ações vinculadas do poder público. Assim, 60% das IES trabalham na construção de agenda e no monitoramento e avaliação. Elas também estão mais presentes na formulação da política urbana, com 70% das IES respondendo que participam dessa fase.

O processo decisório e a implementação não são apontados como estágios de atuação por mais da metade das respondentes. Algumas hipóteses podem ser levantadas. Uma explicação seria que a decisão é um processo eminentemente político, no qual as deliberações são conduzidas não necessariamente com a participação ampliada da sociedade, ficando a cargo dos representantes eleitos tomá-las. A vocação à reflexão e ao saber crítico das IES também pode criar resistências a sua integração em todas as fases, pois pode expor as contradições de agenda entre objetivos da política e os interesses dos representantes.

A implementação, por sua vez, se desdobra em múltiplas ações. Conforme for o objeto da política, o processo de implementação começa com a seleção dos agentes, o método e os processos de execução. Do ponto de vista estritamente formal, a depender do objeto a ser realizado, a implementação dá-se por licitação, no âmbito em que está prevista a prova de capacidade técnica. Essa prova geralmente é feita apenas com a juntada de documentos, indicando a presença de profissionais com as capacidades esperadas,<sup>40</sup> ficando a administração alheia à execução dos trabalhos. Caberia à assistência técnica agir na seleção dos executores, ou ainda, uma vez selecionados, atuar conjuntamente na construção de soluções para a execução dos objetos contratados. Todas essas instâncias são passíveis de atuação da assistência técnica, mas, novamente, podem revelar conflitos de interesse entre gestores e objetivos da política.

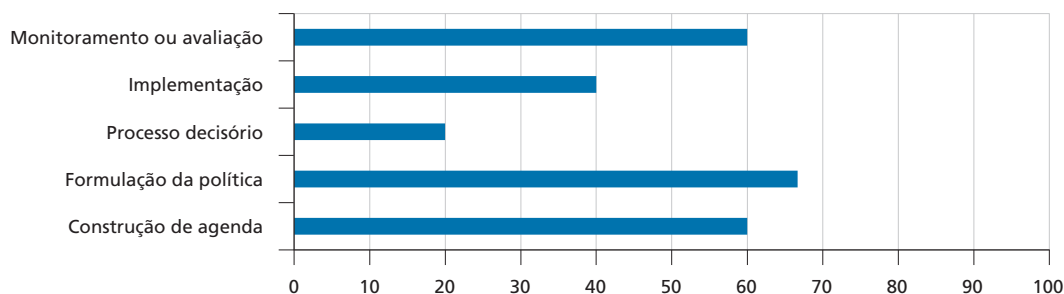
40. Regramento geral do art. 30 da Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, nº 8.666/1993. O § 8º do mesmo artigo estipula a apreciação prévia pela administração da metodologia de execução apresentada pelos concorrentes a serem contratados, mas apenas para obras, compras e serviços considerados de grande vulto ou de alta complexidade técnica. Esse comando normativo deixa aberta margem de discricionariedade para a sua interpretação, prevalecendo os critérios formais de apresentação de documentos.

A exiguidade da amostra não permite fazer inferências mais específicas entre as respostas dadas. Todavia, as hipóteses levantadas não afastam a possibilidade nem a legitimidade (legal e política) da assistência técnica nas fases decisória e de implementação. Há margem para o aperfeiçoamento dos processos decisórios, sobretudo para a efetivação de mecanismos de participação social, bem como para o fornecimento de informações que auxiliem a tomada de decisão.

GRÁFICO 5

**Incidência da atuação das IES nas diferentes fases do ciclo de políticas públicas**

(Em %)



Elaboração dos autores.

### 4.3.2 Forma de atuação

A forma de atuação é o elemento objetivo da assistência técnica e responde à questão: como fazê-la? O questionário perguntou sobre o papel das IES nos processos dos quais participam, sugerindo elementos formais e materiais (levantamento de dados, elaboração de estudos de apoio, pareceres, cadastramentos, realização de oficinas etc.). O campo de respostas foi deixado em aberto, permitindo a complementação com outras categorias não mencionadas.

Foram obtidas catorze respostas com a nomeação de processos, produtos, participações e análises. Presentes em nove das respostas estão os levantamentos de dados acompanhados pelas palavras produção, sistematização e análise. Esse é um indicativo da importância das IES para complementar as bases de dados disponíveis para as administrações locais, uma vez que, além de acessarem os dados existentes, criam, sistematizam e analisam-nos, produzindo informação aplicável aos processos da política urbana.

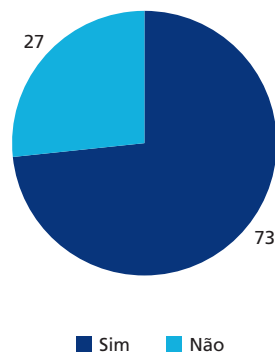
Os estudos de apoio, entre os elementos sugeridos, também são apontados como parte do papel desempenhado pela IES em nove respostas. Outras categorias apareceram espontaneamente, mostrando que o repertório das IES é variado. Destaca-se a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da região metropolitana de Goiânia, produto que, por si só, envolve múltiplas formas de atuação. Também há menções a: planos municipais, assessoria na construção participativa de planejamento territorial, participação em conselhos setoriais, assessoria técnica, seminários de acompanhamento e avaliação dos planos, oficinas de engajamento social, sensibilização para o planejamento estratégico e participativo local e regional, além do monitoramento de implementação.

As IES também foram questionadas sobre a publicação dos produtos resultantes da sua atuação. Cerca de três quartos das que contam com projetos afirmaram ter publicações, porém, nem todas indicaram as respectivas referências.<sup>41</sup>

41. Consulte o apêndice com a lista de referências.

Mesmo considerando o tamanho reduzido da amostra analisada, os resultados desta prospecção apontam para uma variedade de formas de atuação em processos compatíveis com a assessoria técnica, além do significativo acúmulo de informações a respeito e que podem servir de subsídio para o desenvolvimento de uma rede de assistência técnica a municípios com coordenação federal. Entretanto, seria proveitoso alcançar outras IES que não responderam à pesquisa, mas cujo acervo de experiências e cuja produção podem enriquecer a construção de um programa-piloto.

GRÁFICO 6  
**Projetos de assistência técnica com produtos publicados**  
 (Em %)



Elaboração dos autores.

#### 4.4 Percepção das IES sobre o seu papel na assistência técnica e sua participação na política urbana e regional

A condicionante mais importante para a formação de uma rede de assistência técnica com as IES é a percepção delas próprias quanto à sua atuação. Sem um entendimento objetivo acerca do seu papel e, sobretudo, sem a disposição de seus integrantes para assumir essas funções, o projeto tornar-se-ia inviável. Assim, o terceiro bloco de questões foi formulado para buscar entender como os representantes das IES veem seu papel na política urbana e quais recursos e ações podem fomentar sua participação além da assistência técnica.

O objetivo ao tocar na questão da participação é desenvolver a dimensão colaborativa que a questão da assessoria técnica coloca. Como afirmado na introdução, a assistência e a assessoria são atividades sutilmente distintas e que podem ser complementares. A assessoria envolve um engajamento qualitativamente diferente, significando que a IES atua não apenas como uma instância capacitadora ou informadora, mas também como agente ativo nos sistemas de políticas públicas, um agente híbrido entre promotor de capacidades e tomador de decisões úteis à administração das políticas públicas.<sup>42</sup>

Quanto à pergunta se as IES são instâncias adequadas para prestar assistência técnica em política urbana e regional, *todas as respostas foram afirmativas*. Isso pode indicar que as IES se veem como parte integrante dos sistemas de políticas públicas para além da formação profissional-científica. O reforço a essa posição vem do fato de que mesmo as que ainda não têm experiência em projetos de assistência entendem que podem fazê-lo.

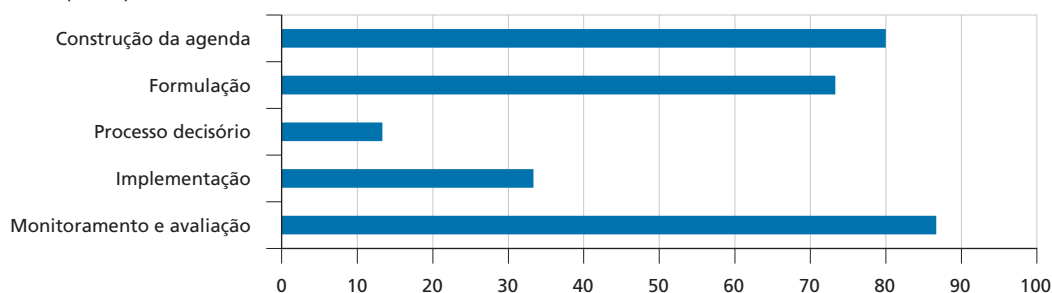
42. Não cabe no espaço deste relatório abordar as distinções entre políticas de Estado e políticas de governo e as distinções entre a discricionariedade dos agentes políticos e das autarquias. Todavia, os entes e as instituições reconhecidos pelo Estado para auxiliar a administração na execução de políticas têm capacidade decisória para, conforme a lei, melhor atingir os objetivos estabelecidos, a começar pelo princípio constitucional da eficiência (art. 39).

Neste terceiro bloco, questionou-se qual fase do ciclo de políticas públicas os respondentes consideram mais adequada para a atuação das IES. As respostas reforçam as indicações das experiências já desenvolvidas. Em geral, a maioria das IES respondentes entende que pode contribuir nas fases anteriores e posteriores à decisão e à implementação. É importante verificar se esta tendência é mantida no caso de mais respostas obtidas. Se sim, seria interessante levantar quais os motivos, além das hipóteses anteriormente colocadas, que levam as IES a não considerarem a sua participação como adequada em fases críticas para a efetivação das políticas públicas.

GRÁFICO 7

**Percepção das IES respondentes sobre as fases adequadas para a sua atuação no ciclo de políticas públicas**

(Em %)



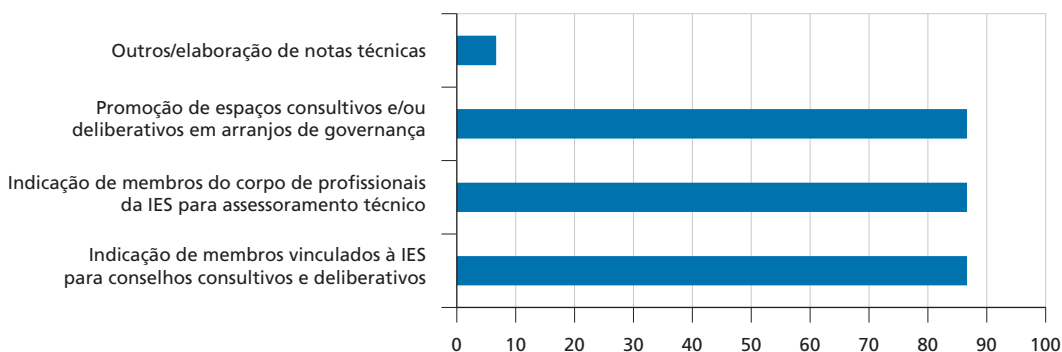
Elaboração dos autores.

Também se questionou sobre quais os meios considerados adequados para a participação. Se, por um lado, as IES respondentes não se mostraram tão confiantes para as fases decisórias, por outro, apoiam em quase 90% a indicação de membros delas próprias para compor conselhos consultivos e deliberativos. Igual suporte é dado para a promoção desses espaços em arranjos de governança. Também é alta a adesão para a indicação de profissionais vinculados às IES para compor corpo de assessoramento técnico. A elaboração de notas técnicas apareceu em uma resposta, indicando afastamento das instâncias de participação.

GRÁFICO 8

**Apoio a formas de participação das IES**

(Em %)

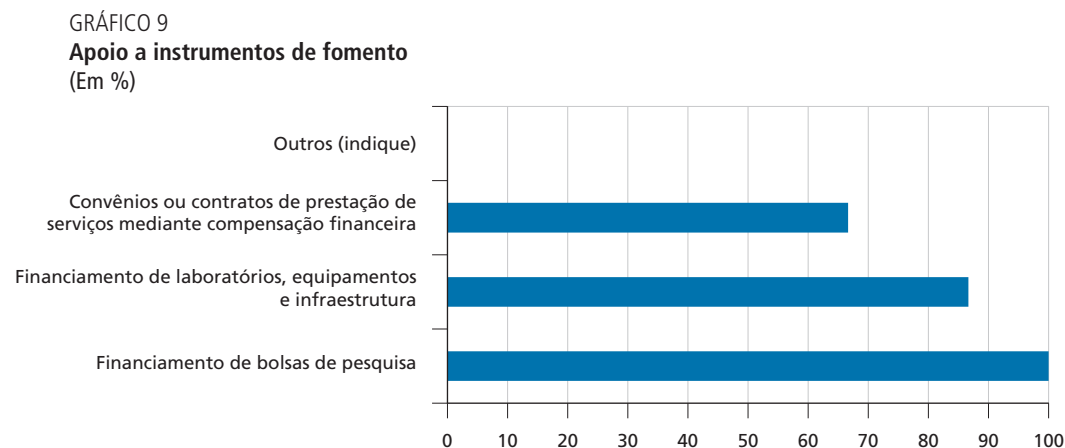


Elaboração dos autores.

Sobre o fomento à assistência técnica e à participação, as respostas apontam que o financiamento de bolsas de pesquisa é a opção preferencial, com apoio de todas as respondentes. Isso não significa que outras modalidades também não sejam do interesse das IES. O financiamento de laboratórios e infraestrutura é indicado por treze das quinze respondentes. Os instrumentos de cooperação, como os previstos no art. 219A da CF/1988, do



tipo contrato ou convênios mediante compensação financeira, também recebem apoio de mais de 60% das respondentes.



Elaboração dos autores.

Finalmente, nove comentários foram colhidos acerca das impressões que os respondentes têm sobre a participação de sua unidade/programa e uma rede de assessoramento técnico para a política urbana e regional.

Não se registraram comentários negativos ou contrários à ideia de participação por assistência ou assessoramento técnicos. A PUC-GO, por exemplo, aponta como positiva a experiência de elaboração do PDUI da região metropolitana de Goiânia.

As impressões reafirmam o papel das IES na formulação e na avaliação das políticas públicas como meio para aperfeiçoá-las e para estimular as atividades de formação e pesquisa, como dissertações e teses, além de aumentar o envolvimento das IES.

Também aparecem sugestões objetivas, como a possibilidade de oferta de cursos de capacitação para técnicos e gestores municipais. Neste sentido, a Unisc pontua que “tem como uma de suas prioridades a sua inserção social e regional através de ações como a assessoria ao planejamento territorial (...)”. Há ainda a indicação dos laboratórios e redes de pesquisa consolidadas como as instâncias mais viáveis para a execução das atividades discutidas, dada a diversidade de interesses presentes nas unidades acadêmicas e programas de pós-graduação. Essa última sugestão coaduna com a presença de pelo menos um programa participante do INCT Observatório das Metrôpoles entre os respondentes.

Esse tipo de arranjo permite ganhos de escala e melhor aproveitamento da sinergia e recursos humanos e materiais de diferentes IES, potencializando o alcance da rede.

## 5 INDICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA REDE FEDERAL DE ASSESSORIA TÉCNICA EM POLÍTICA URBANA PELA PNDU

Preliminarmente, vê-se que a expansão das universidades públicas (federais e estaduais) e comunitárias tiveram um impacto importante na ampliação da cobertura territorial de centros de formação de pessoal e, portanto, no potencial fortalecimento institucional de municípios.



Uma das características de atuação de pesquisa e extensão pelas IES nas áreas afins à PNDU é a formação de redes entre diferentes IES da mesma RGInt ou até de estados diferentes. Essa característica pode ser explorada para a estruturação da rede de assistência técnica pela PNDU.

Existem lacunas geográficas importantes a serem preenchidas na formação de uma potencial rede de assistência técnica baseada na atual distribuição dos projetos tocados pelas IES. Contudo, um programa-piloto pode se aproveitar das experiências e redes já existentes para desenvolver as soluções institucionais necessárias e atrair o interesse de outros agentes públicos, inclusive o de entes federativos, como estados e municípios.

A rede-piloto pode ser organizada em categorias de IES conforme sua capacidade de atuação. As IES com programas pioneiros podem ser habilitadas para liderar parcerias em projetos fora de suas RGIs, tal como o exemplo da relação entre USP e IFCE em Quixadá. As IES com programas mais recentes ou apenas com atuação na graduação podem ser contempladas com projetos restritos às suas respectivas RGIs, sozinhas ou com apoio de IES de outras regiões habilitadas para a transferência de conhecimento e capacitação. A construção de indicadores baseados no número de programas e áreas de atuação por IES pode servir de instrumento para a definição da quantidade de projetos e recursos para o financiamento das atividades de assistência técnica, bem como para o estabelecimento das redes.

Outra sugestão para a formação da rede é a especialização conforme a tipologia da Regic.<sup>43</sup> Todas as metrópoles contam com IES atuantes nas áreas de interesse da PNDU que podem ser organizadas em uma rede especializada no desenvolvimento urbano metropolitano, a exemplo do INCT Observatório das Metrópoles.<sup>44</sup> As capitais regionais e os centros sub-regionais podem vir a conformar um segundo segmento especializado de atuação da rede. Essas são as categorias em que se observam mais lacunas na cobertura potencial de assistência técnica aos municípios pelas IES. O estabelecimento de parcerias entre IES que já atuam com projetos voltados para política urbana e outras que ainda não o fazem pode vir a complementar essa cobertura, além de especializar-se no desenvolvimento de soluções adequadas a esses municípios não metropolitanos.

Sobre fomento e financiamento, a pesquisa e a extensão aparecem como os principais meios de indução à participação das IES em atividades de assistência técnica e assessoria a municípios. Laboratórios, equipamentos e infraestrutura também são importantes incentivos para a adesão de IES, com potencial sinergia com as atividades de ensino e pesquisa e podem fazer diferenças sobretudo nas universidades e institutos federais mais novos, localizados em capitais regionais e centros sub-regionais.

Faz-se necessário o levantamento dos instrumentos jurídicos e do arranjo institucional adequados para a formalização das relações entre as IES e a administração pública. Modelos mais recentes de organização em rede para a produção e a sistematização de dados e estudos têm se mostrado eficazes, como o caso da rede MapBiomias,<sup>45</sup> constituída por um conjunto de entidades públicas e privadas, inclusive IES. Nesse formato, a rede adquire identidade própria distinta das demais entidades participantes, sendo representada em termos formais-jurídicos por parceiros institucionais responsáveis pela contratação e pela representação da rede. Entende-se também que a formação de grupos

43. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.

44. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/>. Acesso em: 4 mar. 2022.

45. Disponível em: <https://mapbiomas.org/o-projeto>. Acesso em: 4. mar. 2022.

de trabalho com as organizações municipalistas, como a Associação Brasileira de Municípios (ABM), a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), pode ser benéfica para a produção de soluções institucionais, além de difundir a existência da própria iniciativa.

A formação de consórcios públicos é um instrumento administrativo aplicável para a consecução dos objetivos de assistência técnica, tema expressamente previsto na respectiva legislação (art. 3º, § 1º, incisos II, XI e XII da Lei nº 11.107). Nos locais onde não houver região metropolitana ou aglomeração urbana já formalmente constituídas, a base territorial das RGI's pode ser adotada como referência para a criação dos consórcios, na modalidade associação pública ou pessoa jurídica de direito privado. A Lei de Licitações, nº 8.666, no art. 24, inciso XXVI, autoriza a dispensa de licitação na celebração de contratos de programa entre consórcios públicos e entes da administração direta ou indireta, caso das IES, para a prestação de serviços.

O objeto da assistência técnica pode ir desde a produção de dados à capacitação de pessoal, passando ainda pela elaboração de estudos e proposições de ações e projetos. Significa dizer que há carência das mais simples, como a montagem e o manejo de bases de informações cartográficas em SIG ou mesmo o uso do Google Earth, por exemplo – para aqueles municípios onde há previsão de elaboração/atualização de plano diretor –, ou como o mapeamento de núcleos urbanos informais em DWG, a partir de observação *in loco*, visando a estudos específicos voltados para a regularização fundiária e a provisão de infraestrutura.

É importante considerar a relevância das IES na produção de dados e informações complementares às bases de dados existentes e disponíveis para os entes locais, dada a sua capacidade de processamento, análise e sistematização, além de produção de dados novos. Certamente, a capilaridade das IES articulada em uma rede de assistência técnica pode vir a atuar no detalhamento de estudos e informações hoje além das capacidades operacionais das entidades de pesquisa de referência, como o próprio Ipea ou o IBGE.

As diretrizes de participação e inovação sociais podem ser contempladas nos processos de planejamento por meio de itens específicos nos programas de financiamento das atividades. Elas também encontram receptividade nas experiências existentes de atuação das IES. Dada a multidimensionalidade das questões, é recomendável que o olhar seja cada vez mais integrado, importando que a busca de soluções seja feita por equipes multidisciplinares e prevenindo que programas ou ações se anulem no território.

Tal preocupação vai além das diferentes responsabilidades dentro da administração pública, mesmo considerando as diferentes esferas federativas. É fundamental que as vantagens comparativas sejam aproveitadas, de modo que governo, sociedade civil, setor privado e instituições de ensino trabalhem conjuntamente. Nesse sentido é que se introduz a adoção da inovação social como diretriz, em analogia à já citada rede MapBiomias, com potencial de produção de diversos arranjos institucionais que incluam os agentes presentes no território objeto da assistência técnica. Isso, considerando as devidas ressalvas de que o aspecto inovador não se limita à mera adoção de recuso tecnológico facilitador nem à comunicação social do processo de planejamento, mas entende a inclusão ativa dos agentes sociais no próprio processo.

Como apontado, as IES têm potencial de articulação das políticas setoriais a partir do território. Ainda que a mera produção de informação não seja capaz de promover a

integração setorial e territorial tão reclamada pelos estudos em desenvolvimento urbano, ela pode iluminar junto às administrações locais a necessidade dessa articulação nos projetos que venham a desenvolver e implementar. No mesmo sentido, a formação de pessoal de diferentes municípios no mesmo arranjo populacional ou contexto de articulação urbana pode favorecer, a partir da administração dos programas de governo, a superação dos entraves políticos para o desenvolvimento de programas da PNDU com base territorial.

Por fim, é mister alcançar as demais IES que não chegaram a responder à pesquisa, em particular nas regiões onde não foram identificadas, *a priori*, iniciativas de assistência técnica a municípios, não só para preencher as lacunas da cobertura inicial, mas também para colher outras experiências que possam aprimorar a formulação de uma rede-piloto de assistência técnica a municípios.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. **Diário Oficial**, 2 mar. 1938. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del0311.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0311.htm).

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial**, 9 jan. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em: 26 maio 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. **Diário Oficial**, 24 abr. 2007a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm). Acesso em: 11 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012**. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=12386&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=12386&Itemid=). Acesso em: 11 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional da Educação**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

BIENENSTEIN, Regina *et al.* Autonomia, resistência e enfrentamento: caminhos da assistência técnica – contribuições para extensão universitária socialmente referenciada. *In*: XVIII ENANPUR, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. **Anais...** Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/457/2019/07/Autonomia-resist%C3%A2ncia-e-enfrentamento-caminhos-da-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica.-Contribui%C3%A7%C3%B5es-para-extens%C3%A3o-universit%C3%A1ria-socialmente-referenciada..pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

BITTENCOURT, Eduardo Moutinho Ramalho. Contribuição da extensão universitária para a produção de um conhecimento sócio ambiental. *In*: XVIII ENANPUR, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. **Anais...** Natal: Anpur, 2019.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assistência e assessoria técnica: entre o discurso e a prática. *In*: XVIII ENANPUR, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. **Anais...** Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=588/>.

COCCO, Ricardo *et al.* **Política de expansão e interiorização/regionalização do ensino público superior no Brasil: o caso da UFMS/CESNORS – uma perspectiva a partir do egresso.** Santa Maria: UFSM, 2014. Disponível em: [http://www.anpae.org.br/IBERO\\_AMERICANO\\_IV/GT2/GT2\\_Comunicacao/Ricardo\\_CoccoGT2\\_integral.pdf](http://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT2/GT2_Comunicacao/Ricardo_CoccoGT2_integral.pdf). Acesso em: 11 nov. 2021.

COSTA, Marco Aurelio *et al.* **Contextualização da política urbana no Brasil e a construção da PNDU.** Brasília: Ipea, 2021. (Texto para Discussão, n. 2.686). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10791>.

DANTAS, Joseney Rodrigues de Queiroz; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; SILVA, Franciclécia de Sousa Barreto. Dinâmica urbana e emprego nas cidades intermediárias: um estudo sobre Pau dos Ferros (RN). *In: XVI ENANPUR*, 2015, Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...** Belo Horizonte: Anpur, 2015. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1764/1743>. Acesso em: 4 mar. 2022.

DEPONTI, Cidonea Machado; KIST, Rosane Bernardete Brochier; AREND, Silvio Cezar. Ações de extensão como intervenção para o desenvolvimento regional: relato de experiência do Negaf/Unisc-RS. *In: XVIII ENANPUR*, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. **Anais...** Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=378>. Acesso em: 30 set. 2021.

FABRIS, Bruna Rafaela; TRZCINSKI, Clarete. Assistência técnica pública gratuita em habitação de interesse social: panorama no oeste de Santa Catarina. *In: XVIII ENANPUR*, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. **Anais...** Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=539>. Acesso em: 30 set. 2021.

FELDMAN, Sarah. O arranjo SERFHAU: assistência técnica aos municípios/órgãos de planejamento/empresas de engenharia consultiva. *In: XI ENA – ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, 2005, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador: Anpur, 2005. Disponível em: <http://www.xienanpur.ufba.br/553.pdf>.

FERRARI, Sérgio. Criação de municípios e debate científico: entre mitos e métodos. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 53, n. 211, p. 55-80, jul./set. 2016.

FERREIRA JÚNIOR, Carlos H. Carvalho. **Como tudo virou cidade.** 2019. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FUNARI, Armando Palermo; LUI, Lisandro; FERREIRA JÚNIOR, Carlos H. Carvalho. A agenda urbana e a escala municipal: elementos para discussão tipológica de municípios. *In: COSTA, Marco Aurélio. Diálogos para uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: escalas, agendas e aspectos federativos no urbano brasileiro.* Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12710/7/Cap03.pdf>.

GOMES, Darcilene Claudio; SID, Sidartha Soria e Silva. Geração Reuni: quem são e o que pensam os docentes das Ifes interiorizadas no estado de Pernambuco. *In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA*, 2014, Évora. **Anais...** Lisboa: APS, 2014. v. 1. p. 1.

GUINANCIO, Cristiane; CORREIA, Ludmila de Araújo. *A athis* nos projetos de extensão universitária em parceria com a gestão pública: as experiências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB) e do Centro Universitário de Brasília (Uniceub). *In: XVIII ENANPUR*, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. **Anais...** Natal: Anpur, 2019.

HAAS, Jaqueline Mallmann; BOLTER, Jario Alfredo Genz. Debatendo sobre gestão e planejamento na assistência técnica e extensão rural: um olhar sobre o litoral norte gaúcho. *In: XVIII ENANPUR*, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. **Anais...** Natal: Anpur, 2019.

HECK, Adalberto da Rocha; BECKER, Débora; MÜLLER, Angela Maria. Experiência da curricularização de atividades de extensão como estratégia pedagógica: o atelier de habitação social – Unisinos/PMSL/comunidade. *In: XVIII ENANPUR*, 2019, Natal. **Anais...** Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <https://xviiienganpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1026>. Acesso em: 30 set. 2021.

HOFF, Debora Nayar; SAN MARTIN, Aline Schimidt; SOPEÑA, Mauro Barcellos. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant'Ana do Livramento. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157-183, 2011.

HOWALDT, Jürgen; SCHWARZ, Michael. **Social innovation: concepts, research fields and international trends**. Dortmund: Sozialforschungstelle, 2010.

INSTITUTO ALBERTO LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ENGENHARIA. **Catálogo da COPPE**. Rio de Janeiro: COPPE, 1975.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. *In: Estado, instituições e democracia: república* (vol. 1). Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5802-livro09estadoinstituicoesdemocraciavol1.pdf>.

JESUS, Flávia Sabina de; SILVA, Neilton da; GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. A expansão interiorizada e os desafios para a UFRB-Brasil: uma avaliação das implicações do Reuni. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NAS AMÉRICAS*, XIII, 2013, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSC, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114809?show=full>. Acesso em: 11 nov. 2021.

LASSWELL, H. D. **The decision process: seven categories of functional analysis**. Maryland: University of Maryland Press, 1956.

LESSA, Lucas Gognac; MEDEIROS, Natália Maria Moura; SANTOS, Marcela Monteiro dos. Assessoria e assistência técnica pelo direito à moradia e à cidade: a contribuição da Taramela para a consolidação de um campo de atuação profissional em Fortaleza, Ceará. *In: XVIII ENANPUR*, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. **Anais...** Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <https://xviiienganpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1551>. Acesso em: 30 set. 2021.

LIBANIO, Clarice de Assis. Lumes – Lugares de Urbanidade Metropolitana: planejamento compartilhado e extensão universitária na região metropolitana de Belo Horizonte. *In: XVIII ENANPUR*, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. **Anais...** Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <https://xviiienganpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=884>. Acesso em: 30 set. 2021.

LUBAMBO, Cátia Wanderley; BASTOS, Isabella Augusta de C. Furtado. Condições favoráveis à interiorização das universidades públicas em Pernambuco. **Revista dos Mestrados Profissionais**. v. 2, n. 2, jul./dez. 2013.

LUI, Lizandro *et al.* **As relações interfederativas no Brasil e o desafio de formular, implementar e monitorar a PNDU**. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13806/1/RI\\_As\\_Relacoes\\_interfederativas\\_no\\_Brasil\\_Publicacao\\_Expressa.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13806/1/RI_As_Relacoes_interfederativas_no_Brasil_Publicacao_Expressa.pdf).

MARGUTI, Bárbara Oliveira *et al.* **A agenda urbana na escala supramunicipal: estudo para uma hierarquia dos arranjos institucionais para políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2021.



MARTINS, Lyzandra Machado. Direito à arquitetura: as assessorias técnicas paulistas na produção de habitação social. *In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. Anais...* Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=642>. Acesso em: 30 set. 2021.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti; CARVALHO, Cario Santo Amore de. Uma ideia, vários caminhos: residência e prática profissionalizante – FAUUSP. *In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal, Rio Grande do Sul. Anais...* Natal: Anpur, 2019.

MATSUNAGA, Melissa; SILVA, Marcelle Vilar da; TAKAMATSU, Patricia. Assistência técnica em arquitetura e urbanismo via extensão universitária: a experiência do Atau-Unifap. *In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. Anais...* Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=674>. Acesso em: 30 set. 2021.

MÁXIMO, Rérisson. Assessoria técnica para moradias autoconstruídas no sertão central cearense. *In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. Anais...* Natal: Anpur, 2019.

MEDVEDOVSKI, Nirce Sagger; CARRASCO, André; ROCHA, Eduardo. Experiência e inovação na nucleação de Pelotas/RS/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. *In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. Anais...* Natal: Anpur, 2019.

MELO, Patricia Bandeira de; CAMPOS, Luís Henrique Romani de. A implementação das universidades públicas em Pernambuco: opiniões sobre a institucionalização e seus primeiros impactos. *In: MELO, Patricia Bandeira de (Coord.). A interiorização recente das instituições públicas e gratuitas de ensino superior no Nordeste: efeitos e mudanças. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2014. (Relatório de Pesquisa).*

MOTA, Carla Rosane da Silva. Resenha de HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Política pública: seus ciclos e subsistemas – uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 16, p. 179-186, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/5696>. Acesso em: 20 abr. 2022.

NEDER, Ricardo Toledo; ANDRADE, Liza Maria Souza de. Residência multiprofissional da UNB em ciência, tecnologia e sociedade – STC: habitat, trabalho e saúde primária. *In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. Anais...* Natal: Anpur, 2019.

NEVES, Antônio Alexsandro; COSTA, Bruno Fernandes; BARBOSA, Antonio Carlos Leite. A extensão universitária e o desenvolvimento socioespacial: a experiência do grupo de pesquisa Núcleo Avançado de Urbanismo no semiárido nordestino. *In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. Anais...* Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1670>. Acesso em: 30 set. 2021.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Nova agenda urbana**. Quito: ONU, 2019. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>.

PANIZZI, Wrana. O ornitorrinco de papel: universidade, cidade e extensão universitária. *In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. Anais...* Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <https://xviiienanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=871>. Acesso em: 30 set. 2021.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 727-756, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/v4QvPxCR99Z874zpkLvmSMF/>.



ROCHA, Aline. As transformações da favela via assistência técnica: a experiência do morro Vital Brazil, Niterói/RJ. *In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. Anais...* Natal: Anpur, 2019. Disponível em: <https://xviiienganpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=678>. Acesso em: 30 set. 2021.

ROMANO, Elisabetta; BRASILEIRO, Flávio Tavares. Implantação de especialização em assistência técnica nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia – ATAU+E/UFPB. *In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. Anais...* Natal: Anpur, 2019.

SOUZA, Ângela Maria Gordilho. Proposição, consolidação e desdobramentos da residência AU+E/ UFBA. *In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. Anais...* Natal: Anpur, 2019.

VALLE, William Azalim do. Coletivos de trabalho e autoprodução em ocupações urbanas: revisitando o debate Chico-Usina a partir de uma experiência em Ribeirão das Neves. *In: XVIII ENANPUR, 2019, Natal, Rio Grande do Norte. Anais...* Natal: Anpur, 2019.

## APÊNDICE

**PRODUTOS VINCULADOS A PROJETOS DE ASSESSORIA**

Pesquisa e Inovação para as Cidades (Inciti): [www.inciti.org](http://www.inciti.org).

Projeto Salvador: visões de futuro: <https://salvadorvisoesdefuturo.wordpress.com/>.

*Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo*: [http://www.unisc.br/images/upload/com\\_editora\\_livro/e-book\\_COREDE.pdf](http://www.unisc.br/images/upload/com_editora_livro/e-book_COREDE.pdf).

I Seminário de Articulação e de Integração das Políticas Regionais do Vale do Rio Pardo: <http://www.coredevrp.org.br/visualizar-noticia/noticia/SEMINARIO-DISCUTE-PLANEJAMENTO-TERRITORIAL-E-SETORIAL-DO-VRP/46>.

*Atlas dos Desastres Naturais do município de Santa Cruz do Sul (1991 a 2016)*: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2739/1/Atlas%20de%20desastres%20naturais%20do%20munic%C3%ADpio%20de%20Santa%20Cruz%20do%20Sul.pdf>.

Construção do Plano de Desenvolvimento Rural de Montenegro: <https://jornalibia.com.br/montenegro/interior/construcao-do-plano-de-desenvolvimento-rural-se-fortalece/>.

*Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional: do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal*: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/economia-metropolitana-e-desenvolvimento-regional-do-experimento-desenvolvimentista-a-inflexao-ultraliberal/>.

## ANEXO

**QUESTIONÁRIO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM POLÍTICA URBANA E/OU REGIONAL POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

Este questionário faz parte do levantamento de dados para a produção da *Nota Técnica*<sup>46</sup> intitulada *Rede Federal de Universidades e Institutos de Ensino Superior*, no âmbito do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 71/2019, firmado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Ministério do Desenvolvimento Regional. Trata-se de uma etapa da produção de insumos para a discussão de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). A nota tem como objetivo mapear as possibilidades de engajamento das instituições de ensino superior (IES) na assistência técnica para o desenvolvimento urbano sustentável, considerando análises de localização, modelos e formas de atuação existentes.

Representantes de cursos, unidades e programas de todas as áreas de conhecimento estão convidados(as) a responder este questionário.

Este formulário contém dezoito questões organizadas em três blocos: i) identificação da unidade, curso ou programa, cargo e função do(a) respondente; ii) informações sobre projetos e/ou processos de política urbana e/ou regional; e iii) percepção do(a) respondente sobre a atuação de IES em projetos e/ou processos de política urbana/regional.

A veracidade das informações prestadas é de responsabilidade da pessoa respondente. Ao final da pesquisa, os dados serão publicados na respectiva *Nota Técnica*. É garantido o anonimato das pessoas respondentes, mantido o registro apenas para validação dos dados.

Este levantamento está sob responsabilidade do pesquisador Carlos Henrique Carvalho Ferreira Júnior, assistente de pesquisa do TED. Contato: carlos.junior@ipea.gov.br.

**Primeiro bloco**

1 – Nome da Instituição de Ensino Superior:

2 – Nome da unidade, curso ou programa:

3 – Área de concentração da unidade, curso ou programa (conforme a classificação da CAPES/CNPQ de áreas do conhecimento):

4 – Nome do(a) respondente:

5 – Posição ocupada pelo(a) respondente deste questionário na unidade, curso ou programa:

Direção/coordenação

Docente pesquisador(a) e/ou professor(a)

Discente

46. Originalmente, o produto desta pesquisa seria publicado como *Nota Técnica*; por razões de mudanças na política editorial do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi alterado para *Relatório Institucional*.

Pesquisador(a)/associado(a)

### **Segundo bloco**

6 – Nos últimos dez anos, a instituição participou de projeto e/ou processo voltado para política urbana e/ou regional?

Sim

Não

7 – Em caso afirmativo para a questão anterior, quantos projetos e/ou processos?

8 – Neste momento, há algum projeto e/ou processo em andamento?

Sim

Não

9 – Em qual área e/ou setor o se encaixa o projeto e/ou processo? (É possível marcar mais de uma opção.)

Habitação

Preservação/monitoramento/licenciamento ambiental

Desenvolvimento econômico local/regional

Mobilidade

Resíduos sólidos

Saneamento básico

Infraestruturas (planejamento viário, redes de comunicações, irrigação, abastecimento etc.)

Plano diretor (elaboração/revisão)

Outros

10 – Em qual das seguintes fases do ciclo de políticas públicas se encaixa a atuação do curso, unidade e/ou programa? (É possível marcar mais de uma opção.)

Construção de agenda

Formulação da política

Processo decisório

Implementação

Monitoramento/avaliação

11 – Qual foi/é o papel da instituição/unidade? (Ex.: levantamento de dados, elaboração de estudos de apoio, cadastramento, parecer, realização de oficinas etc.)

12 – A participação tem produtos documentados?

Sim

Não

13 – Em caso afirmativo para a questão anterior, os produtos estão disponíveis em meio físico ou pela internet? Se sim, qual o endereço ou meio? (Favor listar títulos e endereços que lembrar.)

### **Terceiro bloco**

14 – Você considera as IES como instâncias adequadas para prestar assistência técnica para as políticas urbanas e/ou regionais?

Sim

Não

15 – Quais das seguintes fases do ciclo de políticas públicas você considera as mais adequadas para a atuação de IES? (É possível marcar mais de uma opção.)

Formulação da política

Processo decisório

Implementação

Monitoramento/avaliação

Todas as fases

16 – Quais meios você considera adequados para a participação de IES na política urbana e ou regional?

Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos

Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico

Promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança

Outros (indique)

17 – Quais instrumentos você considera adequados para promover a participação das IES na política urbana e/ou regional?

Financiamento de bolsas de pesquisa

Financiamento de laboratórios/equipamentos/infraestrutura

Convênios/contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira

Outros (indique)

18 – Quais outras considerações você teria sobre participação de seu curso, unidade e/ou programa em uma rede de assessoramento para políticas urbanas e ou regionais?

QUADRO A.1

**Respostas ao questionário**

Nº ID	1 – Nome da IES:
1	Universidade Federal da Integração Latino-Americana.
2	Universidade de Santa Cruz do Sul.
3	Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
4	Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
5	Universidade Federal de Goiás.
6	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
7	Universidade Federal de Pernambuco.
8	Universidade Federal de Pernambuco.
9	Universidade Federal de Pernambuco.
10	Universidade Federal da Bahia.
11	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
12	Universidade Federal de Campina Grande.
13	Universidade de Brasília.
14	Universidade de Brasília.
15	Universidade Federal do Oeste do Pará.
16	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Nº ID	2 – Nome da unidade, curso ou programa:
1	Programa de pós-graduação em políticas públicas e desenvolvimento.
2	Programa de pós-graduação em desenvolvimento regional.
3	Programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em desenvolvimento e planejamento territorial.
4	Programa de pós-graduação em estudos urbanos e regionais.
5	IESA - Programa de pós-graduação em geografia.
6	Programa de estudos pós-graduados em ciências sociais.
7	Pesquisa e inovação para cidades.
8	Programa de pós-graduação em desenvolvimento urbano.
9	Programa de pós-graduação em desenvolvimento urbano.
10	Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo e programa de pós-graduação em geografia.
11	Programa de pós-graduação em geografia.
12	Unidade acadêmica de engenharia civil, curso de arquitetura e urbanismo.
13	Programa de pós-graduação em gestão pública.
14	Instituto de ciência política.
15	Curso de gestão pública e desenvolvimento regional.
16	Programa de pós-graduação em planejamento urbano e regional.
Nº ID	3 – Área de concentração da unidade, curso ou programa (conforme a classificação Capes/CNPQ de áreas do conhecimento):
1	Planejamento urbano regional.
2	Planejamento urbano e regional.
3	Planejamento urbano e regional/demografia.
4	Cidades e dinâmicas urbanas.

(Continua)



## Potencial de formação de uma rede de assessoria com instituições de ensino superior

(Continuação)

Nº ID	3 – Área de concentração da unidade, curso ou programa (conforme a classificação Capes/CNPQ de áreas do conhecimento):
5	Natureza e produção do espaço.
6	Sociologia.
7	Planejamento urbano.
8	SA: arquitetura, demografia, geografia, turismo e planejamento urbano e regional.
9	Planejamento urbano e regional.
10	Ciências sociais aplicadas.
11	Ciências humanas (geografia).
12	Ciências sociais e aplicadas.
13	Administração pública.
14	Ciências humanas/ciência política.
15	Ciências sociais aplicadas.
16	Ciências sociais aplicadas, planejamento urbano e regional.
Nº ID	5 – Posição ocupada pelo/a respondente deste questionário na unidade, curso ou programa:
1	Direção/coordenação.
2	Direção/coordenação.
3	Direção/coordenação.
4	Docente pesquisador(a) e/ou professor(a).
5	Docente pesquisador(a) e/ou professor(a).
6	Docente pesquisador(a) e/ou professor(a).
7	Direção/coordenação.
8	Docente pesquisador(a) e/ou professor(a).
9	Docente pesquisador(a) e/ou professor(a).
10	Docente pesquisador(a) e/ou professor(a).
11	Docente pesquisador(a) e/ou professor(a).
12	Docente pesquisador(a) e/ou professor(a).
13	Direção/coordenação.
14	Direção/coordenação.
15	Coordenação.
16	Direção/coordenação.
Nº ID	6 – Nos últimos dez anos, a instituição participou de projeto e/ou processo voltado para política urbana e/ou regional?
1	Sim.
2	Sim.
3	Sim.
4	Sim.
5	Sim.
6	Sim.
7	Sim.
8	Sim.
9	Sim.
10	Sim.
11	Sim.
12	Sim.
13	Sim.
14	Sim.
15	Não.
16	Sim.

(Continua)

(Continuação)

Nº ID	7 – Em caso afirmativo para a questão anterior, quantos projetos e/ou processos? (Favor indicar apenas o número.)
1	4
2	6.
3	20.
4	Vários.
5	1.
6	Não sei responder.
7	4.
8	( <i>nihil</i> ) <sup>1</sup>
9	100.
10	( <i>nihil</i> )
11	INCT Observatório das Metrópoles.
12	5.
13	Não sei dizer. Temos professores sempre envolvidos em vários projetos.
14	2.
15	( <i>nihil</i> )
16	16.
Nº ID	8 – Neste momento, há algum projeto e/ou processo em andamento?
1	Sim.
2	Sim.
3	Sim.
4	Sim.
5	Sim.
6	Não.
7	Sim.
8	Sim.
9	Sim.
10	Sim.
11	Sim.
12	Sim.
13	Sim.
14	Sim.
15	Não.
16	Não.
Nº ID	9 – Em qual área e/ou setor o se encaixa o projeto e/ou processo? (É possível marcar mais de uma opção.)
1	Preservação/monitoramento/licenciamento ambiental, desenvolvimento econômico local/regional, resíduos sólidos, plano diretor (elaboração/revisão).
2	Preservação/monitoramento/licenciamento ambiental, desenvolvimento econômico local/regional, plano de desenvolvimento rural, diagnóstico dos desastres naturais.
3	Habituação, preservação/monitoramento/licenciamento ambiental, desenvolvimento econômico local/regional, mobilidade, resíduos sólidos, saneamento básico, infraestruturas (planejamento viário, redes de comunicações, irrigação, abastecimento etc.), plano diretor (elaboração/revisão).
4	Desenvolvimento econômico local/regional, plano diretor (elaboração/revisão).
5	Plano diretor (elaboração/revisão).
6	
7	Preservação/monitoramento/licenciamento ambiental, mobilidade, plano diretor (elaboração/revisão), urbanismo sustentável.
8	Habituação, preservação/monitoramento/licenciamento ambiental, desenvolvimento econômico local/regional, mobilidade, infraestruturas (planejamento viário, redes de comunicações, irrigação, abastecimento etc.), plano diretor (elaboração/revisão), sustentabilidade das tecnologias e dos sistemas da construção.
9	Habituação, preservação/monitoramento/licenciamento ambiental, desenvolvimento econômico local/regional, mobilidade, saneamento básico, infraestruturas (planejamento viário, redes de comunicações, irrigação, abastecimento etc.), plano diretor (elaboração/revisão), arranjos institucionais.

(Continua)

## Potencial de formação de uma rede de assessoria com instituições de ensino superior

(Continuação)

Nº ID	9 – Em qual área e/ou setor o se encaixa o projeto e/ou processo? (É possível marcar mais de uma opção.)
10	Plano diretor (elaboração/revisão), estudos para planejamento urbano/metropolitano de longo prazo.
11	Habituação, desenvolvimento econômico local/regional, plano diretor (elaboração/revisão).
12	Habituação, desenvolvimento econômico local/regional, saneamento básico, plano diretor (elaboração/revisão).
13	Preservação/monitoramento/licenciamento ambiental.
14	Mobilidade, infraestruturas (planejamento viário, redes de comunicações, irrigação, abastecimento etc.), plano diretor (elaboração/revisão), direito à cidade.
15	Preservação/monitoramento/licenciamento ambiental, desenvolvimento econômico local/regional, plano diretor (elaboração/revisão).
16	Habituação, preservação/monitoramento/licenciamento ambiental, infraestruturas (planejamento viário, redes de comunicações, irrigação, abastecimento etc.), plano diretor (elaboração/revisão), outros.
Nº ID	10 – Em qual das seguintes fases do ciclo de políticas públicas se encaixa a atuação do curso, unidade e ou programa? (É possível marcar mais de uma opção.)
1	Construção de agenda, formulação da política, monitoramento/avaliação.
2	Construção de agenda, formulação da política, monitoramento/avaliação.
3	Construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação, monitoramento/avaliação.
4	Construção de agenda, implementação.
5	Formulação da política, implementação.
6	( <i>nihil</i> )
7	Formulação da política, implementação, monitoramento/avaliação.
8	Construção de agenda.
9	Construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação, monitoramento/avaliação.
10	Construção de agenda, formulação da política, monitoramento/avaliação.
11	Construção de agenda, monitoramento/avaliação.
12	Formulação da política, monitoramento/avaliação.
13	Monitoramento/avaliação.
14	Construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação.
15	Construção de agenda, formulação da política.
Nº ID	11 – Qual foi/é o papel da instituição/unidade? (Ex.: levantamento de dados, elaboração de estudos de apoio, cadastramento, parecer, realização de oficinas etc.)
1	Estudos de apoio, membros de comissão ou conselhos técnicos, oficinas e pareceres técnicos.
2	Levantamento e sistematização de dados locais e regionais, realização de diagnóstico socioeconômico e territorial, assessoria na construção participativa do planejamento territorial, realização de oficinas de sensibilização para o planejamento estratégico e participativo local e regional, realização de seminário para acompanhamento e avaliação dos planos.
3	Todos.
4	Levantamento de dados, estudos básicos, pareceres, oficinas.
5	Elaboração do plano de desenvolvimento urbano integrado da região metropolitana de Goiânia.
6	( <i>nihil</i> )
7	Planejamento e concepção de projetos urbanos, pesquisas ambientais, urbanísticas e sociais, oficinas de engajamento social, monitoramento de implantação.
8	Levantamento de dados.
9	Elaboração de estudos de apoio.
10	Levantamento e análise de dados, estudos e pesquisa, realização de oficinas.
11	Elaboração de estudos de apoio.
12	Levantamento de dados, elaboração de estudos de apoio, cadastramento, parecer, realização de oficinas, participação em conselhos setoriais de política urbana, monitoramento da execução de políticas de desenvolvimento urbano.
13	Levantamento de dados, elaboração de estudos de apoio, cadastramento, parecer e realização de oficinas.
14	Levantamento de dados, elaboração de estudos e análise da formação da agenda.
15	( <i>nihil</i> )
16	Assessoria técnica, levantamento de dados, elaboração de estudos de apoio, realização de oficinas, pesquisa de campo e outras técnicas em diferentes, principalmente planos em escala municipal.

(Continua)

(Continuação)

Nº ID	12 – A participação tem produtos documentados?
1	Não.
2	Sim.
3	Sim.
4	Sim.
5	Sim.
6	( <i>nihil</i> )
7	Sim.
8	Não.
9	Sim.
10	Sim.
11	Sim.
12	Sim.
13	Sim.
14	Sim.
15	Não.
16	Não.
Nº ID	13 – Em caso afirmativo para a questão anterior, os produtos estão disponíveis em meio físico ou pela internet? Se sim, qual o endereço ou meio? (Favor listar títulos e endereços que lembrar.)
1	Não há. As participações na maioria são informais.
2	<i>Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Conselho Regional do Vale do Rio Pardo</i> ( <a href="http://www.unisc.br/images/upload/com_editora_livro/e-book_COREDE.pdf">http://www.unisc.br/images/upload/com_editora_livro/e-book_COREDE.pdf</a> ).
3	I Seminário de Articulação e de Integração das Políticas Regionais do Vale do Rio Pardo ( <a href="http://www.coredevrp.org.br/visualizar-noticia/noticia/SEMINARIO-DISCUTE-PLANEJAMENTO-TERRITORIAL-E-SETORIAL-DO-VRP/46">http://www.coredevrp.org.br/visualizar-noticia/noticia/SEMINARIO-DISCUTE-PLANEJAMENTO-TERRITORIAL-E-SETORIAL-DO-VRP/46</a> ).
4	<i>Atlas dos Desastres Naturais do Município de Santa Cruz do Sul</i> ( <a href="https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2739/1/Atlas%20de%20desastres%20naturais%20do%20munic%C3%ADpio%20de%20Santa%20Cruz%20do%20Sul.pdf">https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2739/1/Atlas%20de%20desastres%20naturais%20do%20munic%C3%ADpio%20de%20Santa%20Cruz%20do%20Sul.pdf</a> ).
5	Construção do Plano de Desenvolvimento Rural de Montenegro ( <a href="https://jornalibia.com.br/montenegro/interior/construcao-do-plano-de-desenvolvimento-rural-se-fortalece/">https://jornalibia.com.br/montenegro/interior/construcao-do-plano-de-desenvolvimento-rural-se-fortalece/</a> ).
6	<a href="http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2085">http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/2085</a>
7	Economia metropolitana e desenvolvimento regional: do experimento desenvolvimentista.
8	A inflexão ultraliberal, Contribuições do Núcleo Natal do Observatório das Metrôpoles em Tempos de Pandemia e outros.
9	Estão disponíveis em meio físico.
10	( <i>nihil</i> )
11	<a href="http://www.inciti.org">www.inciti.org</a> .
12	( <i>nihil</i> )
13	<a href="https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/171?author_page=0">https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/171?author_page=0</a> .
14	<a href="https://salvadorvisoesdefuturo.wordpress.com/">https://salvadorvisoesdefuturo.wordpress.com/</a> .
15	Sim, na internet ( <a href="http://www.observatoriodasmetrosoles.net">www.observatoriodasmetrosoles.net</a> )
16	( <i>nihil</i> )
Nº ID	14 – Você considera as IES como instâncias adequadas para prestar assistência técnica para as políticas urbanas e/ou regionais?
1	Sim.
2	Sim.
3	Sim.
4	Sim.
5	Sim.
6	Sim.
7	Sim.
8	Sim.
9	Sim.

(Continua)

## Potencial de formação de uma rede de assessoria com instituições de ensino superior

(Continuação)

Nº ID	14 – Você considera as IES como instâncias adequadas para prestar assistência técnica para as políticas urbanas e/ou regionais?
10	Sim.
11	Sim.
12	Sim.
13	Sim.
14	Sim.
15	Sim.
16	Sim.
Nº ID	15 – Quais das seguintes fases do ciclo de políticas públicas você considera as mais adequadas para a atuação de IES? (É possível marcar mais de uma opção)
1	Construção de agenda, formulação da política, monitoramento/avaliação.
2	Construção de agenda, formulação da política, monitoramento/avaliação.
3	Construção de agenda, formulação da política, implementação, monitoramento/avaliação.
4	Construção de agenda, processo decisório, implementação.
5	Construção de agenda, formulação da política, implementação, monitoramento/avaliação.
6	Construção de agenda, monitoramento/avaliação.
7	Construção de agenda, formulação da política, monitoramento/avaliação.
8	Construção de agenda, formulação da política, monitoramento/avaliação.
9	Construção de agenda, formulação da política, processo decisório, implementação, monitoramento/avaliação.
10	Construção de agenda, formulação da política, monitoramento/avaliação.
11	Construção de agenda, monitoramento/avaliação.
12	Formulação da política, monitoramento/avaliação.
13	Construção de agenda, formulação da política, monitoramento/avaliação.
14	Formulação da política, implementação, monitoramento/avaliação.
15	Construção de agenda, formulação de política.
16	Todas as fases.
Nº ID	16 – Quais meios você considera adequados para a participação de IES na política urbana e ou regional? (É possível marcar mais de uma opção.)
1	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança.
2	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança.
3	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança.
4	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança.
5	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança.
6	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico.
7	Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança.
8	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança.
9	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança.
10	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, elaboração de estudos e notas técnicas.
11	Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança.
12	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança.

(Continua)

(Continuação)

Nº ID	16 – Quais meios você considera adequados para a participação de IES na política urbana e ou regional? (É possível marcar mais de uma opção.)
13	Indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico.
14	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança.
15	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança.
16	Indicação de membros vinculados à IES para conselhos consultivos e deliberativos, indicação de membros do corpo de profissionais da IES para assessoramento técnico, promoção de espaços consultivos e/ou deliberativos em arranjos de governança.
Nº ID	17 – Quais instrumentos você considera adequados para promover a participação das IES na política urbana e/ou regional? (É possível marcar mais de uma opção.)
1	Financiamento de bolsas de pesquisa, financiamento de laboratórios/equipamentos/infraestrutura.
2	Financiamento de bolsas de pesquisa, financiamento de laboratórios/equipamentos/infraestrutura, convênios/contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não.
3	Financiamento de bolsas de pesquisa, financiamento de laboratórios/equipamentos/infraestrutura, convênios/contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não.
4	Financiamento de bolsas de pesquisa, financiamento de laboratórios/equipamentos/infraestrutura, convênios/contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não.
5	Financiamento de bolsas de pesquisa, financiamento de laboratórios/equipamentos/infraestrutura, convênios/contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não.
6	Financiamento de bolsas de pesquisa, convênios/contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não.
7	Financiamento de bolsas de pesquisa, financiamento de laboratórios/equipamentos/infraestrutura, convênios/contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não.
8	Financiamento de bolsas de pesquisa, financiamento de laboratórios/equipamentos/infraestrutura, convênios/contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não.
9	Financiamento de bolsas de pesquisa, financiamento de laboratórios/equipamentos/infraestrutura, convênios/contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não.
10	Financiamento de bolsas de pesquisa, convênios/contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não.
11	Financiamento de bolsas de pesquisa.
12	Financiamento de bolsas de pesquisa, financiamento de laboratórios/equipamentos/infraestrutura.
13	Financiamento de bolsas de pesquisa, financiamento de laboratórios/equipamentos/infraestrutura, convênios/contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira ou não.
14	Financiamento de bolsas de pesquisa, financiamento de laboratórios/equipamentos/infraestrutura.
15	Financiamento de bolsas de pesquisa, financiamento de laboratórios/equipamentos/infraestrutura.
16	Financiamento de bolsas de pesquisa, financiamento de laboratórios/equipamentos/infraestrutura, convênios/contratos de prestação de serviços mediante compensação financeira.
Nº ID	18 – Quais outras considerações você teria sobre participação de seu curso, unidade e/ou programa em uma rede de assessoramento para políticas urbanas e ou regionais?
1	Nada a acrescentar.
2	O PPGDR-UNISC tem como uma das suas prioridades a sua inserção social e regional através de ações como a assessoria ao planejamento territorial, à formulação e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento territorial urbano, rural e regional. Portanto, temos o máximo interesse em vir a integrar essa rede de assessoramento para o aperfeiçoamento de políticas urbanas e regionais.
3	<i>(nihil)</i>
4	<i>(nihil)</i>
5	Considero que a experiência que tivemos na elaboração do PDI-RMG, através de uma contratação feita pelo governo do estado de Goiás com a nossa instituição, foi uma experiência exitosa e proveitosa.
6	Oferta de cursos de capacitação para técnicos e gestores municipais.
7	Extremamente importante pela possibilidade de articular conhecimentos transdisciplinares na concepção de políticas, monitoramento e avaliação de impactos.
8	<i>(nihil)</i>
9	<i>(nihil)</i>
10	Ampliar envolvimento.
11	Considero que é mais viável a participação de laboratórios, redes ou grupos de pesquisa consolidados do que unidades ou programas, em face da diversidade de interesses que coexistem nas unidades ou programas.

(Continua)



## Potencial de formação de uma rede de assessoria com instituições de ensino superior

(Continuação)

Nº ID	18 – Quais outras considerações você teria sobre participação de seu curso, unidade e/ou programa em uma rede de assessoramento para políticas urbanas e ou regionais?
12	O curso de geografia, especialmente em nível de pós-graduação, tem um papel relevante tanto nas questões sociais do espaço urbano e do território como nas interfaces entre a questão social e ambiental.
13	<i>(nihil)</i>
14	<i>(nihil)</i>
15	Estímulo à formação em políticas urbanas e desenvolvimento de dissertações e teses.
16	Considero a oportunidade de alta relevância para participação do curso de gestão pública e desenvolvimento regional na rede de assessoramento para políticas urbanas e ou regionais.

Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> *Nihil* indica ausência de resposta.

Obs.: 1. As respostas foram coletadas no período de 29 de junho de 2021 a 31 de outubro de 2021.

2. O campo com o nome das pessoas respondentes foi ocultado.

3. As respostas estão transcritas *ipsis litteris* para preservar a fidelidade do que foi preenchido no formulário enviado junto ao questionário.

## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **Assessoria de Imprensa e Comunicação**

#### **EDITORIAL**

##### **Coordenação**

Aeromilson Trajano de Mesquita

##### **Assistentes da Coordenação**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

##### **Supervisão**

Aline Cristine Torres da Silva Martins

##### **Revisão**

Bruna Neves de Souza da Cruz

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Crislayne Andrade de Araújo

Elaine Oliveira Couto

Luciana Bastos Dias

Rebeca Raimundo Cardoso dos Santos

Vivian Barros Volotão Santos

Deborah Baldino Marte (estagiária)

Maria Eduarda Mendes Laguardia (estagiária)

##### **Editoração**

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Camila Guimarães Simas

Leonardo Simão Lago Alvite

Mayara Barros da Mota

##### **Capa**

Andrey Tomimatsu

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*



## **Missão do Ipea**

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

---

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO